



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA E PESQUISA DO
COMPORTAMENTO
LABORATÓRIO DE ECOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

**Crianças em acolhimento institucional e as estratégias para a reinserção
familiar**

Bruna Nazaré Silva Monteiro

Belém-PA

2018



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA E PESQUISA DO
COMPORTAMENTO
LABORATÓRIO DE ECOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

Crianças em acolhimento institucional e as estratégias para a reinserção familiar

Bruna Nazaré Silva Monteiro

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Teoria e Pesquisa do Comportamento.

Área de Concentração: Ecoetologia

Orientadora: Prof^a. Dra. Celina Maria Colino Magalhães.

Trabalho financiado pela FAPESPA, por meio de bolsa de mestrado.

Belém-PA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
UFPA/Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento - BIBLIOTECA

M775c Monteiro, Bruna Nazaré Silva, 1992-
Crianças em acolhimento institucional e as estratégias para a reinserção familiar / Bruna Nazaré Silva Monteiro. — 2018.

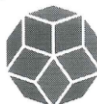
Orientador: Celina Maria Colino Magalhães
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Belém, 2018.

1. Análise do comportamento. 2. Ecoetologia. 3. Reinserção familiar (Psicologia). 4. Criança: acolhimento institucional. 5. Família (acompanhamento psicológico). 6. Negligência familiar. I. Título.

CDD - 23. ed. 150.77



PPGTPC



Programa de Pós-Graduação em
Teoria e Pesquisa do Comportamento UFPA

Programa aprovado pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da UFPA –
Resolução 2545/98. Reconhecido nos termos das Portarias N°. 84 de 22.12.94 da
Presidente da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível
Superior - CAPES e No. 694 de 13.06.95 do Ministério da Educação e do
Desporto. Doutorado autorizado em 1999.

Dissertação de Mestrado

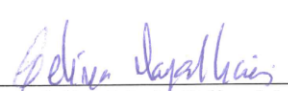
“Crianças em Acolhimento Institucional e as Estratégias para a Reinserção Familiar”

Aluno: Bruna Nazaré Silva Monteiro.

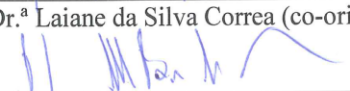
Data da Defesa: 29 de maio de 2018.

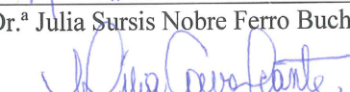
Resultado: Aprovada.

Banca examinadora:


Prof.ª Dr.ª Celina Maria Colino Magalhães (orientadora - UFPA).


Prof.ª Dr.ª Laiane da Silva Correa (co-orientadora – UNIFEV).


Prof.ª Dr.ª Julia Sursis Nobre Ferro Bucher-Maluschke (membro 1 – UniCEUB, via Skype).


Prof.ª Dr.ª Lília Iêda Chaves Cavalcante (membro 2 – UFPA).

Às **crianças** e seus **familiares**, que tiveram parte de suas histórias de vida descritas neste estudo.

À **instituição de acolhimento**, que abriu gentilmente as suas portas e confiou na relevância social deste trabalho.

Aos **meus familiares**, em especial à **minha mãe**, pelo amor e dedicação dispensados a mim para que eu pudesse finalizar mais este ciclo da minha trajetória.

Agradecimentos

Agradeço a Deus pela força, proteção e por me provar todos os dias que quando coloca um desafio no meu caminho é porque tem certeza que dou conta.

À minha orientadora Prof.^a Dr.^a Celina Magalhães, por me proporcionar a oportunidade de cursar o mestrado no PPGTPC e por ser sensível as raízes da minha formação como assistente social.

À Prof.^a Dr.^a Lília Cavalcante, tão querida! Foi uma das pessoas que mais me incentivou. Desde a iniciação científica já depositava atenção à continuidade da minha formação acadêmica. Se hoje estou aqui agradeço também a ela.

Ao professor, Janari Pedroso, pelas valiosas contribuições na qualificação do projeto.

À Laiane Corrêa, pela co- orientação e contribuições durante a minha formação no mestrado.

À Amanda Costa, pela parceria e por estar sempre comigo, incentivando e contribuindo para a minha formação. Obrigada por ser o meu fator de proteção no NEPAIA.

Aos colegas de trabalho do LED. Foi muito construtivo compartilhar com vocês as experiências obtidas na pós-graduação. Agradeço especialmente à minha amiga Géssica Aline, minha psicóloga, pessoa que esteve ao meu lado compartilhando angústias e conquistas. Com certeza a sua sensibilidade e gentileza tornaram a minha caminhada no mestrado menos árdua. Obrigada, amiga.

À gestora e a equipe técnica da instituição de acolhimento que confiou na realização e importância deste estudo. Obrigada pela parceria e atenção.

Às crianças e suas famílias que fizeram parte deste estudo. A cada momento de cansaço e angústia vocês foram o motivo da minha força.

Agradeço imensamente à minha família por ser a razão da minha existência e de todas as minhas lutas. É para vocês todo o meu esforço. Agradeço ao meu amor, Max Correia, por ser mais do que o meu par, é o meu melhor amigo e incentivador da realização dos meus objetivos.

Ao PPGTPC e a FAPESPA por me possibilitarem recursos para a execução deste estudo.

A todos que direta ou indiretamente compartilharam comigo esse ciclo. Obrigada!

SUMÁRIO

Apresentação.....	12
Capítulo I.....	18
Os Vínculos Afetivos e suas Implicações para o Desenvolvimento Infantil...	18
Família: Conceitos, Relações e o seu Papel Social.....	22
Algumas Configurações Familiares na Contemporaneidade.....	25
Família Nuclear.....	25
Família Monoparental.....	26
Família Extensa ou Ampliada.....	26
Família Reconstituída.....	27
Família Substituta.....	28
Família Homoafetiva.....	28
O Acolhimento Institucional como Serviço de Proteção Especial de Alta Complexidade.....	29
O Retorno ao Convívio com a Família de Origem: Do Acolhimento Institucional à Reinserção Familiar.....	35
Fatores que Dificultam o Processo de Reinserção Familiar.....	38
Fatores que Facilitam o Processo de Reinserção Familiar.....	41
Método.....	48
Universo Amostral.....	48
Contexto da pesquisa.....	48
Instrumentos.....	50
<i>Formulário de Caracterização da Criança.....</i>	<i>50</i>
<i>Ficha de Reintegração Familiar.....</i>	<i>51</i>
Procedimento e Considerações Éticas.....	52
Procedimento de Coleta de Dados.....	52
Procedimento de Análise dos Dados.....	54

Resultados e Discussão.....	56
Crianças Acolhidas em uma Instituição na RMB, no Período de Junho de 2015 a Julho de 2016: Perfil Biosociodemográfico e o Processo Institucional.....	56
Dados do Perfil Biosociodemográfico das Crianças.....	56
Condições de Moradia: Crianças Acolhidas e Crianças Reinseridas à Família de Origem.....	62
Processo de Acolhimento Institucional.....	66
Principais Motivos que Resultaram na Medida do Acolhimento.....	66
Principais dados do Acolhimento Institucional.....	70
Visita Familiar.....	73
Reinserção Familiar de Crianças Acolhidas em uma Instituição de Zero a Seis anos: Perfil dos Familiares e as Estratégias para a Reinserção.....	77
Dados do Perfil Biosociodemográfico das Famílias das Crianças.....	77
A Mãe.....	77
O Pai.....	80
A Família Extensa.....	82
Processo de Desligamento das Crianças Reinseridas à Família de Origem.....	85
Características da Concretização do Processo de Reinserção Familiar.....	85
Estratégias de Intervenção Utilizadas pela Equipe Técnica Durante e Após o Acolhimento Institucional.....	90
Desligamento da Instituição.....	92
Considerações Finais.....	96
Referências.....	100
Apêndices.....	110
Apêndice A - Formulário de Caracterização da Criança.....	111
Apêndice B - Ficha de Reintegração Familiar.....	117

Lista de Siglas

CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CENTRO POP	Centro de Referência Especializado Para Pessoas em Situação de Rua
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FUNPAPA	Fundação Papa João XXIII
ICS	Instituto de Ciências da Saúde
LED	Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NEPAIA	Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Acolhimento Institucional e Adoção
PAEFI	Proteção e Atendimento Especializado a famílias e Indivíduos
PAIF	Proteção e Atenção Integral à Família
PIA	Plano Individual de Atendimento
PPGTPC	Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento
RMB	Região Metropolitana de Belém
SEASTER	Secretaria de Assistência, Trabalho, Emprego e Renda
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UFPA	Universidade Federal do Pará

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Perfil biosociodemográfico das crianças acolhidas e das crianças reinseridas à família de origem.....	45
Tabela 2 - Condições de moradia entre as duas populações: crianças acolhidas e crianças reinseridas à família de origem.....	50
Tabela 3 - Motivo do Acolhimento de crianças acolhidas e crianças reinseridas à família de origem.....	53
Tabela 4 - Dados do acolhimento institucional das crianças acolhidas e das crianças reinseridas à família de origem.....	56
Tabela 1 - Ocorrência da visita familiar nas duas populações: crianças acolhidas e crianças reinseridas.....	59
Tabela 6 - Perfil Biosociodemográfico da Mãe (N=1).....	63
Tabela 7 - Perfil Biosociodemográfico do Pai (N=1).....	64
Tabela 8- Perfil Biosociodemografico de outros familiares (N=13).....	67
Tabela 9 - Organização familiar das Crianças Reinseridas Antes do Acolhimento (N=17).....	69
Tabela 10 - Organização familiar das crianças reinseridas após o acolhimento (N=17).....	70
Tabela 21 - Estratégias Realizadas Com a Família Durante e Após a Reinserção Familiar (N=17).....	73
Tabela 32 - Desligamento da instituição (N=17).....	75

Monteiro, B. N. S. (2018). *Crianças em acolhimento institucional e as estratégias para a reinserção familiar*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil, 120 páginas.

Resumo

Esta pesquisa objetivou investigar o processo de reinserção familiar de crianças de zero a sete anos que estiveram acolhidas em uma instituição no período de junho de 2015 a julho de 2016, no município de Belém/Pa. Para isso, descreveu-se o perfil biosociodemográfico das crianças acolhidas e das famílias das crianças que foram reinseridas ao lar de origem. Identificaram-se as estratégias utilizadas no processo de reinserção. Para a coleta de dados utilizou-se o formulário de caracterização da criança e a ficha de reintegração familiar, por meio de pesquisa documental. Os dados foram analisados quantitativamente através de estatística descritiva. Sobre os principais resultados: Analisaram-se 52 prontuários, sendo 17 deles de crianças reinseridas à família de origem. Em relação ao perfil das crianças, a maioria era do sexo masculino (59,6%). As crianças na faixa etária de 0 – 2 anos eram a maior parte na instituição (36,1%). Quanto à escolaridade, identificou-se que essa prática não se aplica para a metade dos acolhidos (50%). Sobre a naturalidade, o público paraense predominou na instituição (92,3%). Entre as crianças que possuíam registro civil (88,5%), um percentual significativo (63,5%) não tinha o nome do pai no registro. Sobre as condições de moradia das crianças, identificou-se um elevado percentual de variáveis sem informações registradas. Os principais motivos para o acolhimento foram: negligência familiar (46,2%), abandono por parte dos pais e/ou responsáveis (38,5%), outros motivos (23,1%), situação de rua (19,2%), pais e/ou responsável dependente químico (17,3%) e pobreza e/ou vulnerabilidade (15,4%). Sobre o processo institucional, quase todos possuíam guia de acolhimento (98,1%) e PIA (82,7%). Metade das crianças possuía grupo de irmãos na mesma instituição (50%) e grande parte estavam no primeiro acolhimento (61,5%). No que se refere a visita familiar, a maioria recebia (80,8%), quem mais visitava era a mãe (48,1%) mais de duas vezes na semana (32,6%). Sobre o perfil dos familiares, os dados estavam praticamente ausentes nos prontuários. Quanto a idade, possuem entre 32 a 60 anos. Sobre a habitação, a maioria possui residência própria (53,8%). A renda mensal varia entre $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo (46,1%). Com relação à reinserção familiar, antes das crianças serem acolhidas, elas viviam com a família nuclear (35,3%) e com a família extensa (35,3%). Os principais cuidadores eram em conjunto a mãe e o pai (35,3%) e a mãe com outros familiares (29,5%). Após o acolhimento, as crianças passaram a viver com a família extensa (76,4%) e foram desligadas principalmente para as avós maternas (41,1%). As principais estratégias usadas pela equipe técnica foram: inclusão em programas de acompanhamento da família, programas de auxílio financeiro, visitas domiciliares, acompanhamento psicológico, encaminhamento para acompanhamento médico e outros serviços. Os resultados apontam que é urgente a necessidade da produção de mais estudos, sobretudo qualitativos, que abordem o processo de reinserção a fim de contribuir na reflexão da prática das instituições de acolhimento e para o aprimoramento das políticas públicas.

Palavras-Chave: Acolhimento Institucional. Criança. Estratégias. Família. Reinserção Familiar.

Monteiro, B. N. S. (2018). *Children in institutional care and strategies for family reintegration*. Masters dissertation. Graduate Program of Theory and Research of Behaviour. Belém-Pa: Federal University of Pará, 120 pages

Abstract

This research aimed to investigate the process of family reintegration of children from zero to seven years who were hosted at an institution from June 2015 to July 2016, in the city of Belém / Pa. For that, the biosociodemographic profile of the children received and the families of the children who were reinserted to the home of origin was described. The strategies used by the institution in the reintegration process were identified. To collect data, the child's characterization form and the family reintegration form were used, through documentary research. Data were analyzed quantitatively through descriptive statistics. About the main results: 52 medical records were analyzed, 17 of them of children reinserted to the family of origin. Regarding the profile of the children, the majority were male (59.6%). Children in the age group 0 - 2 years were the majority in the institution (36.1%). Regarding schooling, it was identified that this practice does not apply to half of those received (50%). On the natural level, the public of Paraense predominated in the institution (92.3%). Among the children who had a civil registry (88.5%), a significant percentage (63.5%) did not have the father's name in the registry. Regarding the children's housing conditions, a high percentage of variables with no recorded information was identified. The main reasons were: family neglect (46.2%), abandonment by parents and / or guardians (38.5%), other reasons (23.1%), street situation (19.2%), parents and / or dependents (17.3%) and poverty and / or vulnerability (15.4%). About the institutional process, almost all had a host guide (98.1%) and PIA (82.7%). Half of the children had a sibling group in the same institution (50%) and a large part were in the first group (61.5%). Regarding the family visit, the majority received (80.8%), the mother visited the most (48.1%) more than twice a week (32.6%). Regarding the family profile, the data were practically absent in the medical records. As for age, they are between 32 and 60 years old. About housing, most have their own residence (53.8%). The monthly income varies between ½ to 1 minimum wage (46.1%). With regard to family reintegration, before the children were accepted, they lived with the nuclear family (35.3%) and with the extended family (35.3%). The main caregivers were mother and father (35.3%) and mother with other relatives (29.5%). After the reception, the children started living with the extended family (76.4%) and were disconnected mainly for the maternal grandmothers (41.1%). The main strategies used by the technical team were: inclusion in family support programs, financial assistance programs, home visits, psychological counseling, referral for medical care and other services. The results indicate that there is an urgent need to produce more studies, especially qualitative ones, that approach the reinsertion process in order to contribute to the reflection of the practice of the host institutions and to the improvement of public policies.

Keywords: Institutional Reception. Child. Strategies. Family. Family Reintegration.

Apresentação

Este trabalho compõe uma série de estudos referentes ao acolhimento institucional de crianças no município de Belém/ Pará, mais precisamente às pesquisas desenvolvidas no Projeto: “Instituições de Acolhimento de Crianças e Adolescentes em Quatro Regiões do Estado do Pará: Perfil, rotinas e práticas de cuidado”, financiada pelo CNPq e coordenado pelas professoras Lília Cavalcante e Celina Magalhães, ambas docentes do Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento- PPGTPC, da Universidade Federal do Pará- UFPA. O projeto, que teve início em 2012 e fim em 2016, abriu espaço para estudos acerca do acolhimento institucional de crianças e adolescentes e seus reflexos para o desenvolvimento humano, obtendo-se influência em pesquisas que estão sendo realizadas até hoje.

O trabalho com a temática do acolhimento institucional surgiu a partir da participação da mestranda, ainda na graduação, como bolsista de iniciação científica no Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento – LED, do Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, da Universidade Federal do Pará. No LED são desenvolvidas pesquisas sobre o desenvolvimento humano em diversos contextos, como comunidades ribeirinhas, escolas, creches, instituições de acolhimento para crianças, adolescentes e idosos, cárcere, entre outros.

Como componente do LED, existe o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Acolhimento Institucional e Adoção – NEPAIA, que desenvolve pesquisas especificamente sobre acolhimento institucional de crianças e adolescentes, espaço onde a mestranda elabora trabalhos desde a iniciação científica. O NEPAIA já desenvolveu pesquisas que abordaram aspectos da rotina das instituições e as práticas de cuidado com as crianças (Corrêa, 2016), percepções de crianças sobre suas experiências de acolhimento (Cruz, 2014), fatores de risco e de proteção no desenvolvimento dos acolhidos (Costa, 2016), visita familiar em instituições

de acolhimento (Silva, 2015), entre outros estudos que têm contribuído para um debate mais eficaz a respeito da Política Pública que envolve o serviço de acolhimento no Município de Belém e Região Metropolitana. Além disso, os resultados deles têm provocado cada vez mais inquietações e discussões no campo acadêmico, dentre eles, a questão da reinserção familiar de crianças de zero a seis anos, temática que foi pouco abordada no PPGTPC e será discutido neste estudo.

Nesse sentido, a partir da inserção da mestranda no NEPAIA, houve a oportunidade de conhecer por meio de visitas feitas às instituições de acolhimento e o contato com as crianças acolhidas no Município de Belém, a existência de diversas situações que elas vivenciaram em sua trajetória de vida, como por exemplo, experiências de negligência familiar, abandono, situação de rua, abuso sexual entre outros fatores de risco que podem prejudicar o desenvolvimento infantil.

A partir disso, iniciou-se o questionamento sobre como ocorre o processo de reinserção familiar das crianças, quais as estratégias utilizadas pela instituição de acolhimento para trabalhar a reinserção de forma segura para a família de origem e quais os fatores que facilitam ou não o retorno da criança para o lar, tendo em vista os critérios da provisoriedade e excepcionalidade do acolhimento institucional, proposta pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990).

Sabe-se que um dos direitos básicos que devem ser assegurados à criança é o seu cuidado e a criação no ambiente familiar. Por isso, todos os casos de crianças que estiverem inseridas em serviço de acolhimento institucional deverão ter sua situação reavaliada, no máximo, a cada seis meses, a fim de decidir sobre a reinserção familiar, conforme determina a Lei Nacional da Adoção (12.010/09).

Diante disso, pesquisas com temas com este propósito, possui relevância social e acadêmica em diferentes níveis por tratarem do direito à convivência familiar, ou seja, da

importância do desenvolvimento da criança no contexto familiar de origem e a manutenção dos vínculos afetivos, considerando principalmente a primeira infância como uma fase importante para o desenvolvimento psicológico e cognitivo da criança (Bowlby, 1997).

Segundo um levantamento feito pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP (Brasil, 2013), para fiscalização nas entidades de acolhimento, constatou-se que os principais motivos que geram a medida do acolhimento institucional a nível nacional, são: a negligência dos pais e/ou responsáveis (81%) como a principal motivação, seguido da dependência química; alcoolismo dos pais e/ou responsável (81%), abandono (78%), violência doméstica (57%), abuso sexual praticado pelos pais e/ou responsáveis (44%) e vivência de rua (33%). Ainda de acordo com o Ministério Público, as situações de violência doméstica e/ou abuso sexual ocorrem em sua maioria dentro do próprio lar. Além disso, em vários casos é apresentado mais de um motivo para o acolhimento. A nível regional, estudos apontam resultados semelhantes quanto ao motivo do acolhimento na RMB, dentre eles, o abandono, a negligência familiar, a pobreza e vulnerabilidade e a violência sexual (Corrêa, 2016).

A Região Norte do país compõe o percentual de 5% do total de instituições do tipo abrigo, sendo o Sudeste a Região com o maior percentual de concentração das instituições, com 53% do total, o que acompanha também a maior concentração populacional do país. O Estado do Pará apresenta uma capacidade de acolher cerca de 666 crianças nas suas instituições, no entanto, atualmente, cerca de 384 crianças estão acolhidas e distribuídas nos 36 espaços de acolhimento existentes no Estado. Nesta região, as instituições se apresentam com 66% delas destinadas as crianças de ambos os sexos, 17% destinadas às crianças do sexo masculino e 16% para crianças do sexo feminino (Brasil, 2013).

Em se tratando das características do público em situação de acolhimento institucional, atendido especificamente da Região Norte, compõe, dentre outras, crianças que apresentam

deficiência mental, deficiência física ou que vivem em situação de rua. No quesito faixa etária, o levantamento apontou que em torno de 165 e 163 crianças do sexo masculino na faixa etária de 0 a 5 anos e de 6 a 11 anos, respectivamente, estão acolhidas nas instituições. Em relação ao sexo feminino, cerca de 138 e 134 crianças da faixa etária de 0 a 5 anos e de 6 a 11 anos, respectivamente estão acolhidas (Brasil, 2013).

Quanto ao tempo de permanência, dados demonstram que a nível nacional o percentual de crianças que permanecem no serviço até o período de seis meses é menor que 20%. Em torno de 50% dos atendidos permanecem no serviço entre seis meses a dois anos, tempo máximo proposto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990). E ainda, um número representativo, equivalente a 30% dos acolhidos são mantidos nas instituições por mais de dois anos. Tratando-se da Região Norte, cerca de 85% dos acolhidos permanecem nas instituições no tempo máximo de dois anos e 15% permanecem por mais de dois anos (Brasil, 2013).

Esta informação demonstra a importância de dar visibilidade ao trabalho dos serviços de acolhimento com as crianças atendidas e suas famílias de origem no processo de reinserção, já que ainda é considerado elevado o percentual de crianças que são mantidas na instituição por mais de dois anos, o que pode dificultar o processo de reinserção.

O Conselho Nacional de Justiça- CJN (2013) determina que dentre as estratégias utilizadas para avaliar o processo de acolhimento e minimizar o tempo de permanência das crianças na instituição, encontra-se a realização das audiências concentradas, que é composta pelo Juiz da Vara da Infância e Juventude e os demais atores que trabalham no sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente. As audiências normalmente ocorrem na própria instituição de acolhimento e o objetivo principal é reavaliar a situação de vida e de acolhimento de cada criança e quando possível garantir que eles retornem com brevidade e de maneira segura para o convívio com a família.

Um dos instrumentos importantes que deve ser construído e utilizado pela equipe técnica da instituição sempre que uma criança é acolhida no espaço é o Plano Individual de Atendimento – PIA. Neste documento deve conter basicamente informações particulares sobre os atendidos, as necessidades específicas de cada um, dados sobre seus familiares e sobre o processo de acolhimento. A partir disso, é possível a equipe técnica trabalhar de maneira individualizada cada caso, com vistas à reinserção familiar (Brasil,1990). Ressalta-se que na Região Norte em torno de 64% dos acolhidos possuem PIA e 36% não possuem este documento (Brasil, 2013).

As crianças que estão em situação de acolhimento têm o direito de receber visita de seus familiares, pais ou responsáveis. No entanto, dados apontam que mais de 75% de todas as entidades pesquisadas no país existem crianças que não recebem visitas por mais de dois meses. O Norte é a Região que possui o menor percentual de acolhidos que não recebem visitas dos pais ou responsáveis, equivalente a 63%, comparado aos percentuais acima de 70% das outras regiões. Mesmo assim, deve-se estar atento aos 37% de crianças que não recebem visita familiar na Região Norte. A discussão deste fato demonstra a preocupação com a fragilidade dos vínculos afetivos entre a criança e a família e consequentemente com a não efetivação da reinserção familiar, além do aumento no tempo de permanência dos atendidos na instituição (Brasil, 2013).

Apesar disso, o principal motivo do desligamento dos acolhidos em todo território nacional tem sido a reinserção na família de origem. No Estado do Pará, por exemplo, no ano de 2012, em torno de 205 acolhidos foram reinseridos a família de origem, já em 2013 este número dobrou para 475 crianças (Brasil, 2013).

Estes dados demonstram a necessidade de realizar pesquisas que abordem questões referentes ao convívio familiar, principalmente no que tange o fortalecimento dos vínculos afetivos, as estratégias utilizadas no processo de trabalho da equipe técnica, e o modo como

ocorre o processo de reinserção na família de origem. Discutir as políticas públicas existentes que garantam os mínimos sociais às famílias para que possam ter subsídios necessários para cuidar dos filhos, assim como ampliar o espaço para reflexões e comparações de resultados com outros estudos a fim de contribuir para o aprimoramento das Políticas Públicas.

Estudos que investigaram o processo de reinserção familiar (Carvalho & Manita, 2010; Benetti & Brino, 2016), abrem espaço para demonstrar quais os aspectos positivos e negativos considerados pelos sujeitos envolvidos a partir do retorno para o lar. Diante desses e de outros estudos, há a possibilidade de discutir cientificamente diferentes questões que envolvem o processo de acolhimento e reinserção, como por exemplo, porque crianças são afastadas cada vez mais precocemente do contexto familiar, quais as situações de risco social e pessoal que as famílias e suas crianças estão expostas, quais os efeitos desse afastamento para o desenvolvimento das crianças e como a política de atendimento garante e/ou acompanha o processo do retorno da criança para o lar.

Diante dessas questões, esta pesquisa teve como objetivo investigar o processo de reinserção familiar de crianças de zero a sete anos que estiveram acolhidas em uma instituição que atende um público específico nesta faixa etária, no município de Belém/Pará, durante o período de Junho/2015 a Julho/2016.

Os Vínculos Afetivos e Suas Implicações Para o Desenvolvimento Infantil

Quando se trata do processo de reinserção familiar de crianças em acolhimento institucional, é importante fazer uma discussão sobre vínculos afetivos, pois é na interação entre a criança e a família que poderá ser trabalhado o afeto e a construção gradativa da confiança para um convívio saudável entre os membros.

O significado de vínculo é derivado do latim *vinculum*, e está associada à união duradoura, uma espécie de laço ou conexão entre as pessoas. Os vínculos afetivos geralmente são estabelecidos primordialmente no âmbito familiar, espaço visto como essencial para o desenvolvimento, independente da configuração da família. É dentro desse contexto que as crianças vivenciam suas primeiras experiências e aprendizados, lidam com normas e limites propostos, ou seja, a família é vista como fonte de referência infantil e está associada à criação de vínculos (Esteves & Ribeiro, 2016).

Segundo o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (Brasil, 2013), desde o nascimento, a família é o principal núcleo de socialização da criança. Os primeiros anos de vida são marcados pela dependência do ambiente e daqueles que dela cuidam. O convívio com os seus pais é fundamental para sua constituição como sujeito em desenvolvimento. Além disso, os vínculos afetivos estabelecidos entre a criança e os cuidados que ela recebe da família, sobretudo nos primeiros anos de vida, possuem consequências importantes sobre sua condição de saúde, desenvolvimento físico e psicológico.

Alguns estudiosos consideram que o contexto familiar é o ambiente mais importante para o indivíduo, pois é onde ocorre o desenvolvimento e formação de cada membro que compõe a família, e ainda, é através da interação entre os membros que a confiança, o afeto, e principalmente os vínculos se estabelecem de maneira gradativa. Neste sentido, os vínculos

afetivos familiares são considerados essenciais para a construção da personalidade da criança (Gonçalves & Chalfun, 2016).

No caso das crianças, elas tendem a naturalmente buscar vincular-se de maneira afetiva a uma pessoa de referência, geralmente ao seu cuidador habitual, com quem procura suprir suas necessidades básicas, além da busca pela proteção, conforto e segurança emocional. Esta relação de confiança e proteção dispensada do adulto para a criança pode facilitar a formação dos vínculos afetivos (Núcleo Ciência Pela Infância, 2016).

Para que ocorra a formação e fortalecimento dos vínculos, é preciso que exista uma dedicação prolongada e constante da pessoa que passará mais tempo com a criança, seja a mãe, o pai ou outros familiares e cuidadores de referência. A mãe, no entanto, pode desempenhar melhor o papel de cuidador principal, considerando que a construção dos vínculos afetivos se inicia desde a gestação, seguido do nascimento até o primeiro contato da criança com sua mãe, por meio da amamentação, sendo esta a primeira relação que estabelece a construção dos vínculos (Winnicott, 2008).

O vínculo afetivo no âmbito familiar pode ser caracterizado como a relação positiva que se estabelece entre a criança e seus familiares onde existem os cuidados necessários que auxiliam na obtenção do desenvolvimento saudável da criança. Com isso, a família precisa se tornar a fonte segura de proteção e cuidado para com seus filhos, de modo que seja construída uma relação de confiança entre a pessoa que cuida e a criança que recebe o cuidado. Destaca-se a importância do estabelecimento dos vínculos entre a família e a criança na primeira infância, que vai de zero a seis anos de idade, pois as boas experiências afetivas no início da vida podem promover influências positivas ao desenvolvimento da criança (Núcleo Ciência Pela Infância, 2016).

De acordo com Esteves e Ribeiro (2016), os vínculos familiares precisam ser sempre fortalecidos, pois esse processo vai promover habilidades sociais, cognitivas e o crescimento

psicológico da criança. Ressalta-se que, dependendo do modo como essa estrutura se organiza, podem haver riscos ao desenvolvimento da criança, pois quando expostas a situações de risco social e pessoal e vulnerabilidade, existe a possibilidade dos vínculos se fragilizarem.

No entanto, o contexto familiar ainda é visto como o espaço privilegiado para formação de vínculos, no qual a criança possui um cuidador que debruça a atenção a ela constantemente. As relações consanguíneas para o estabelecimento do cuidado é uma ideologia vista de forma enraizada na sociedade, de maneira que a ruptura dos vínculos afetivos seja representada como prejudicial ao desenvolvimento da criança (Costa & Rossetti-Ferreira, 2009).

Os vínculos afetivos fortalecidos podem proporcionar segurança, conforto e segurança na relação entre o cuidador habitual e a criança. Esta segurança experimentada com o cuidador gera a confiança, a partir da qual a criança poderá se apropriar como base segura para explorar outros ambientes e experiências (Ramires & Schneider, 2010).

A existência de bons vínculos afetivos entre pais e filhos também proporcionam um grau saudável de saúde mental e previne até mesmo o desenvolvimento de doenças psicopatológicas no decorrer do desenvolvimento da criança. Portanto, vínculos afetivos saudáveis podem agir como fator de proteção para o desenvolvimento. Por outro lado, vínculos afetivos fragilizados podem causar sofrimento psíquico e vulnerabilidade emocional, que envolve a angústia, intolerância, ansiedade, temor a perdas e até sentimento de raiva (Jordão & Ramires, 2010).

Os vínculos são característicos do indivíduo e se constituem a partir de uma interação entre duas pessoas. A formação de vínculos saudáveis pode promover uma alta possibilidade de resiliência no enfrentamento das crises e dificuldades apresentadas no decorrer da vida das crianças (Ramires, 2004).

O vínculo afetivo não é apenas uma relação estabelecida por meio da proteção e do amor, mas é toda e qualquer relação afetiva, independente da qualidade do afeto. A relação vincular pode influenciar sobre o comportamento do indivíduo, causando vários efeitos. Além disso, a formação do vínculo provavelmente não irá se estabelecer da mesma forma com todos, mesmo que estejam no mesmo âmbito familiar, portanto, a vinculação entre mãe- filho e pai-filho, por exemplo, assumirão características próprias que podem sofrer influências de fatores como cultura, tempo e contexto social (Matias, 2006).

Um estudo realizado por Bowlby (1997), onde considerou os efeitos do cuidado materno sobre as crianças em seus primeiros anos de vida, identificou que o rompimento dos vínculos afetivos entre a mãe e o seu bebê pode causar efeitos adversos ao desenvolvimento psicológico da criança. Diferentes formas de neurose e desordens podem dificultar o desenvolvimento da criança por conta do rompimento da relação entre a mãe e o seu bebê.

Os primeiros cuidados com o bebê são essenciais para que ele possa formar uma base para outros vínculos futuros. São as experiências vividas com os cuidadores primários, especialmente com a mãe que a criança criará uma percepção sobre si própria e sobre o contexto que ela vive. Por isso, os primeiros cuidados durante a infância são fundamentais para que a criança se desenvolva de maneira mais saudável (Bowlby, 1990).

A sintonia entre o cuidador de referência e a criança pode persistir durante toda a fase da infância, adolescência e idade adulta, onde outras novas relações afetivas são estabelecidas como passar do tempo (Rossetti-Ferreira, 1984).

Alguns fatores importantes podem ser considerados como positivos ou negativos à formação do vínculo. Como positivo é possível destacar a disponibilidade emocional dos pais ou outros cuidadores, a responsividade e a aceitação do bebê por parte dos pais. Como fatores negativos, pode-se destacar a depressão materna, situações de vulnerabilidade que envolvem a

pobreza e falta de preparo emocional, o que fragiliza a formação do vínculo entre a criança e o seu cuidador (Ramires, 2004).

Entende-se, portanto, que a formação dos vínculos afetivos demonstra de que forma os cuidadores principais das crianças exercem o seu papel como figura de referência. A partir disso, torna-se importante discutir as relações familiares no processo de desenvolvimento da criança, a fim de compreender como esse grupo se constitui socialmente.

Família: Conceitos, Relações e o seu Papel Social

Para estudar sobre família, torna-se necessário ressaltar que esta é uma instituição que têm passado por constantes transformações ao longo do tempo e adota diferentes significados no âmbito social. Portanto, pode-se dizer que não existe apenas um conceito de família definido, já que a estrutura e as relações familiares estão em constante transformação. Porém, considera-se que independente da configuração familiar, ela continua sendo de extrema importância para a vinculação e interação entre pais e filhos e é concebida como âmbito de referência infantil (Esteves & Ribeiro, 2016).

Estudiosos como Biroli (2014), definem a família como um contexto onde existe um conjunto de valores, práticas e normas que são construídas ao longo do tempo, ou seja, ela faz parte de uma construção social. O contexto familiar, segundo este autor, pode estar relacionado a troca de afetos e contato com diferentes tipos de sentimentos entre os membros. É nesse ambiente que ocorrem as primeiras experiências e formação de personalidade do sujeito.

Entende-se família como uma organização social, onde seus membros são vinculados por lações consanguíneas ou por sentimento de afeto, cuidado e proteção. Em geral, ela é o primeiro grupo social no qual o a pessoa se insere. Neste âmbito, os componentes deste grupo

geralmente almejam objetivos comuns para a sobrevivência na sociedade (Esteves & Ribeiro, 2016)

A família também pode ser compreendida como um conjunto de pessoas que se relacionam entre si em um espaço onde possa haver apoio, proteção e confiança, e ainda, onde exista divisão de papéis, tarefas, formação de identidade e reprodução dos membros (Christiano & Nunes, 2013).

A família, portanto, é um dos primeiros ambientes de interação em grupo onde os indivíduos recebem influências culturais, de padrões de comportamento e crenças. Com isso, esta instituição possui um forte impacto na vida e na formação dos seus membros. É neste âmbito que se busca o bem-estar e a proteção dos integrantes. Além disso, ela serve como mediadora entre o indivíduo e a sociedade (Dessen & Polonia, 2007).

Em termos legais a Constituição Federal (Brasil, 1988), caracteriza a família como um grupo formado por qualquer um dos seus pais e seus filhos (Art. 226). Para a Política Nacional de Assistência Social-PNAS (Brasil, 2004), família é um grupo de pessoas que se consideram unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou, de solidariedade.

O modo como a família se organiza deve ser visto como um aspecto importante para o processo de socialização e desenvolvimento dos filhos, pois é a partir disso que serão transmitidos valores e modelos de conduta, preparando-os para viver não apenas no contexto familiar, mas em outros contextos diferentes (Silva, 2012). De acordo com o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (2013), a família é um organismo que sofre alterações frequentemente e que essas mudanças interagem com a época e o contexto na qual está inserida. Porém, independente do modelo e origem da família, é preciso ressaltar que vão existir, além dos vínculos legais, os vínculos emocionais.

O modelo de família que mais representou historicamente esse grupo durante muito tempo foi a família nuclear, constituída por pai, mãe e filhos onde o papel da mãe esteve

muitas vezes relacionado ao cuidado dispensado aos filhos e ao lar e o papel do pai relacionado ao sustento da família (Borsa & Nunes, 2011).

Atualmente, deve-se evitar discutir o conceito de família com base em padrões exatos de configuração e comportamento, pois, diante do século XXI, período em que diferentes configurações familiares se estabeleceram, pode-se verificar que cada família se apresenta a partir da maneira como os membros se organizam socialmente (Sarti, 2008).

As relações familiares atuais podem ser reflexos também das alterações que ocorreram no mercado de trabalho, no qual as mulheres, por exemplo, passaram a ocupar um espaço significativo no mercado. Está cada vez mais evidente o número de mulheres que trabalham fora de casa e somam com a renda familiar, outras investem na carreira e sucesso profissional. Ou seja, em vários casos, a mulher da contemporaneidade não está voltada apenas para a maternidade e para os cuidados com o lar, como era visto anteriormente (Fleck & Wagner, 2003).

Com a inserção da mulher no mercado de trabalho, o pai deixa de ser o único provedor da casa e a mãe passa a assumir também o papel de principal provedora do seu lar. Em diversos casos, a mãe é a única provedora, portanto cuida e sustenta sozinha a sua prole (Gonçalves & Chalfun, 2016). É importante considerar como as transformações sociais influenciam nos padrões de funcionamento familiar, dentre outros motivos, a partir da emancipação da mulher no mercado de trabalho (Fleck & Wagner, 2003). Diante de tais conceitos apresentados, observa-se que uma família pode se organizar a partir das suas interações, sentimentos, entendimento e respeito e não apenas por questões de laços consanguíneos, como um padrão hegemônico vigente. Pelo contrário, dentro do âmbito familiar existem relações internas e externas que podem proporcionar, principalmente, a construção de vínculos afetivos que são propulsores para o desenvolvimento saudável de cada um dos membros de uma família (Esteves & Ribeiro, 2016).

Algumas Configurações Familiares na Contemporaneidade

Diante das transformações no contexto social brasileiro, principalmente a partir do século XXI, as definições sobre as configurações familiares passam a não possuir padrões exatos. Considera-se, portanto, que existem no contexto familiar características visíveis de heterogeneidade e transformação (Sarti, 2008).

A família deixa de assumir unicamente a configuração nuclear e passa a ser também monoparental. Outros tipos de famílias são caracterizados como família extensa ou ampliada, além da existência de famílias homoafetivas, formada por casais do mesmo sexo, entre outras configurações (Paschoal & Marta, 2012).

Família Nuclear

É o modelo familiar formado por pai, mãe e filhos biológicos que compartilham o mesmo espaço de moradia (Ribeiro & Esteves, 2016). Este foi o modelo de família que mais representou historicamente esse grupo durante muito tempo, onde o papel da mãe esteve muitas vezes relacionado ao cuidado dispensado aos filhos e ao lar e o papel do pai relacionado ao sustento da família (Borsa & Nunes, 2011). Esta configuração familiar tem sofrido alterações ao longo do tempo devido às mudanças econômicas, políticas e sociais que têm ocorrido no Brasil, principalmente a partir da industrialização até os dias atuais (Ribeiro & Esteves, 2016).

Apesar do surgimento de novas formas de constituição familiar dentro da sociedade, percebe-se que ainda permanece a configuração familiar nuclear, advindo do casamento entre um homem e uma mulher. Alguns autores afirmam que a família nuclear, que é resultado de um casamento monogâmico, ainda é o que predomina na sociedade (Oliveira, 2009).

Família Monoparental

É formada pelo pai ou pela mãe e seus descendentes. São aquelas famílias onde a mãe ou o pai vivem sem o cônjuge, e assim criam seus filhos. A monoparentalidade masculina ainda é menos frequente comparado a feminina, tendo pouca visibilidade e expressividade no contexto social. Por outro lado, casos muito comuns de monoparentalidade podem ser vistas com famílias composta apenas pela mãe e seus filhos (Oliveira, 2009).

Existem inúmeras famílias em que o papel de chefia é exercido pela mãe, sendo ela a provedora do sustento dos filhos. Isso se deu a partir das diversas transformações econômicas e políticas que ocorreram principalmente a partir do século XX e XXI no país, fato que envolveu a inserção da mulher no mercado de trabalho, a luta pela igualdade de gênero e formação profissional continuada, o que provocou também uma diminuição dos índices de gravidez e aumento de divórcios (Sarti, 2008).

Família Extensa ou Ampliada

Nesta configuração existe a presença de parentes, que não seja o pai ou a mãe. A família extensa pode ser composta por tios, tias, primos, madrinhas, padrinhos, avós, entre outros agregados. Para o ECA, a família extensa é aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou o adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade (Brasil, 1990).

Quando se fala de família extensa é comum associar a figura dos avós, já que desde os primórdios até hoje elas têm assumido o cuidado com seus netos na ausência dos pais, seja

por motivo de trabalho ou outro tipo de ausência prolongada. Diante disso, os avós passam a ter influência também na educação e na criação dos netos (Silva, 2012).

O papel que os avós exercem na criação e desenvolvimento dos netos pode contribuir de inúmeras formas para a vida cotidiana da família. Geralmente agem como fator protetivo na vida dos netos, principalmente em casos de separação dos pais, na recomposição familiar e até mesmo na monoparentalidade, apoiando na criação, no cuidado e até mesmo no sustento dos netos, mediante contribuição financeira (Vitale, 2008).

Portanto, os avós, dentro da família extensa, têm contribuído como uma forma de apoio social para a família, principalmente nos momentos mais estressantes e nas dificuldades que alguns familiares se encontram, no sentido de somar para além da educação e cuidado dos netos, quando há uma fragilidade ou ausência da presença dos pais na vida cotidiana dos filhos, mas também de se propõem a compartilhar com seus descendentes as suas experiências e aprendizados vivenciados ao longo da vida (Rufino e Silva, Magalhães & Cavalcante, 2014).

Família Reconstituída

A família reconstituída ou recomposta é aquela em que ocorre a inserção de um novo companheiro ou companheira a uma família monoparental. O prefixo *re*, oriundo do latim, sugere a ideia “novo” ou de “repetição” que é utilizado para enfatizar uma nova união conjugal. Esta configuração familiar é notória principalmente a partir do século XX, sendo formada, em alguns casos, após situações de divórcio. Anterior a este período, as famílias reconstituídas surgiam em função da viuvez de um dos cônjuges. Diante disso, a família reconstituída pode ser entendida como a criação de uma nova família a partir da outra que já

existia. Nesta configuração familiar, pelo menos um dos cônjuges tem um filho proveniente de um relacionamento anterior (Costa & Dias, 2013).

Família Substituta

É constituída a partir do resultado do processo de guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou do adolescente. Para que seja efetivada a colocação em família substituta, tanto a criança quanto o adolescente precisam ser ouvidos pela equipe interdisciplinar e terem a sua opinião considerada pelo juiz. Esses casos ocorrem quando todos os meios para a colocação da criança na família de origem são esgotados, e então os pais biológicos são destituídos do poder familiar (Brasil,1990).

Família Homoafetiva

É formada em torno da união conjugal entre pessoas do mesmo sexo, onde pode ou não haver a existência de filhos por adoção. Estudos têm mostrado que pais homoafetivos tem a capacidade de dispensar de maneira eficiente os cuidados necessários para o pleno desenvolvimento de uma criança e que esta não está propensa a desenvolver nenhum dano emocional ou cognitivo por serem criadas por pais homoafetivos. O elemento chave para o bom desenvolvimento da criança é o comprometimento dos pais, sendo homo ou hétero, em proporcionar um ambiente saudável, com a presença de afeto e vínculos afetivos fortalecidos (França, 2009).

Mesmo diante de toda a importância do cuidado dos pais dispensado aos filhos e da construção dos vínculos afetivos para um desenvolvimento saudável, é sabido que existem casos em que as crianças passam pela privação do cuidado familiar, e isso ocorre por

diferentes razões, desde a orfandade, até por motivos de negligência, abandono ou violência por parte dos pais. Ou seja, a pessoa que deveria ser referência como cuidador, exibe comportamentos imprudentes que põe em risco a integridade da criança no contexto intrafamiliar, o que pode gerar o seu afastamento do convívio familiar e colocação em espaço institucional como uma medida protetiva para as crianças. A questão de grande preocupação é que a separação ou perda precoce da figura de referência ou com quem a criança estabeleceu um apego, pode gerar a possibilidade de uma vida afetiva marcada pela sensação de insegurança e desamparo (Cavalcante, Magalhães, & Reis, 2014).

O Acolhimento Institucional como Serviço de Proteção Especial de Alta Complexidade

O Estatuto da Criança e do Adolescente Lei 8.069/90 propõe como direito básico e fundamental da criança e do adolescente, a convivência e desenvolvimento preferencialmente no seio da família natural, e em casos excepcionais em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambientes livres da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes. Para isso, é importante que a família possua condições de garantir o cuidado e a proteção à sua prole, pois, quando ocorrem situações de violações de direitos da criança e/ou do adolescente no contexto familiar, a Lei 8.069/90 garante o seu afastamento, e então, é necessário o encaminhamento para o serviço de acolhimento institucional.

O acolhimento institucional está inserido no Serviço de alta complexidade, que compõe o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, com o objetivo de ser aplicado de maneira protetiva, provisória e excepcional. Esta medida destina atenção às crianças que estejam com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, sendo assim, garantida a ela a Doutrina da Proteção Integral (Brasil, 1990).

O acolhimento institucional atende crianças e adolescentes na faixa etária entre zero a dezoito anos, que estão em situação de vulnerabilidade e alto risco social e pessoal. Os espaços existentes destinados ao atendimento específico para essa faixa etária dividem-se em: abrigo institucional, casa lar e casa de passagem.

O foco deste estudo, no entanto, é o espaço de acolhimento do tipo abrigo institucional, o qual deve possuir as seguintes características, segundo as orientações técnicas (Brasil, 2009):

1. Possuir um formato semelhante ao de uma residência
2. Estar inserido na comunidade e em áreas residenciais
3. Não possuir placa externa de identificação do serviço
4. Oferecer ambiente acolhedor e condições com padrão de dignidade
5. Não deve estar distante geograficamente da realidade das crianças e dos adolescentes
6. Ofertar atendimento em pequenos grupos (máximo 20 crianças e/ou adolescentes)
7. A equipe deve ser formada minimamente por coordenador, profissionais de nível superior (assistente social, psicólogo, pedagogo, entre outros) e cuidadores/ educadores.

O serviço de acolhimento precisa estar articulado com as demais redes socioassistenciais, como Sistema Único de Saúde - SUS, Sistema Educacional, Sistema de Justiça, Conselho Tutelar, Segurança Pública, Conselhos de Direito, Cultura, esporte e lazer, dentre outros (Brasil, 2009).

Ainda de acordo com as Orientações Técnicas (Brasil, 2009), em relação ao compromisso dos serviços de acolhimento com os usuários, espera-se que a instituição apresente os cuidados necessários aos acolhidos, a partir do atendimento às necessidades físicas, psicológicas e sociais de cada um. Outro fator relevante é a preocupação com o respeito aos costumes e as tradições dos sujeitos, além de buscar proteger os registros da

história de vida e do desenvolvimento de cada criança e adolescente, incluindo fotos e outros objetos pessoais (Bettanin & Gobbo, 2010). É importante frisar que além do histórico de vida, a instituição deverá manter os vínculos familiares das crianças, incluindo o não desmembramento do grupo de irmãos e o envolvimento delas com a comunidade da qual faz parte (Lauz & Borges, 2013).

A instituição deve ser vista como parte integrante da Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, pois relaciona um conjunto de ações e serviços destinados à infância em contextos de privação material e emocional. No entanto, a permanência da criança em uma instituição de acolhimento é recomendada apenas em condições de extrema privação, onde ocorrem, dentre outras, situações de abandono material (precárias condições de moradia, higiene e saúde) e também o abandono moral e afetivo dos adultos para com as crianças (Cavalcante, Magalhães & Pontes, 2007).

Um levantamento realizado a nível nacional pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, nos anos de 2009 e 2010 identificou que cerca de 38.000 crianças e adolescentes estão acolhidos em todos os municípios brasileiros e os principais motivos que levam a medida do acolhimento institucional no país são: negligência (37,6%), pais dependentes químicos/alcóolicos (20,1%), abandono pelos pais (19%), trajetória de rua (10,1%) e carência de recursos materiais (9,7%).

Outros autores também apontam que os principais fatores que têm motivado o acolhimento institucional incluem a negligência familiar, abandono, violência física e sexual, trabalho infantil, situação de rua, violência doméstica, dependência química dos pais e práticas parentais inadequadas (Ferreira, 2013; Furlan & Souza, 2013; Cavalcante, Magalhães & Reis, 2014).

Um estudo documental realizado através dos processos de acolhimento de 258 crianças na faixa etária de zero a seis anos, da comarca de Ribeirão Preto/São Paulo,

identificou que dentre os principais motivos que levam o afastamento do convívio familiar estão a negligência (41%), falta de condições temporária dos pais em cuidar dos filhos (23,6%), abandono (21,3%), vitimização física (13,1%), entrega (6,2%), vitimização sexual (3,1%), vitimização psicológica (1,9%), devolução por família substituta (1,5%) e outros motivos (21,3%) (Serrano, 2008).

A realidade brasileira demonstra que um dos motivos muito recorrentes que leva as crianças e adolescentes a serem encaminhados para o acolhimento é a questão das poucas condições dos pais de proverem o sustento e cuidados básicos aos seus filhos. Entende-se que as condições socioeconômicas pouco favoráveis podem gerar vulnerabilidade e consequentemente situações de risco para o desenvolvimento dos sujeitos envolvidos (Rocha, Arpini, & Savegnago, 2015).

No entanto, de acordo com Cavalcante, Silva e Magalhães (2010), é de suma importância enfatizar que a pobreza em si não justifica a retirada de crianças e adolescentes do convívio familiar, e ainda, não inviabiliza a sua reinserção na família de origem. O mais importante é que os sujeitos se desenvolvam em um contexto onde existam relações agradáveis e protetivas, mesmo que a família não obtenha todos os recursos financeiros favoráveis ou ideais (Rocha, Arpini, & Savegnago, 2015). Em relação a isso, o ECA deixa claro em suas descrições que a falta ou carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.

Nos casos em que há condenação criminal dos pais, isso não implicará a destituição do poder familiar, exceto quando forem condenados por crime doloso contra o próprio filho ou filha. Ademais, deverá ser garantida a convivência da criança ou do adolescente com a mãe ou com o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas. No caso das crianças acolhidas, a entidade de acolhimento responsável deverá fazer a mediação para o convívio (Brasil, 1990).

Em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), as Orientações Técnicas (Brasil, 2009), dispõe que os encaminhamentos das crianças para a instituição só devem ocorrer quando estiverem esgotados todos os recursos para sua manutenção na família de origem ou extensa, devendo estar atento a excepcionalidade e tempo de permanência na instituição. Em relação ao tempo de permanência, a Lei Nacional da Adoção (12.010/09) expõe que a duração máxima do acolhimento não deve ultrapassar dois anos, para que a criança seja desligada da instituição e retorne prioritariamente para o convívio com a família de origem e excepcionalmente em família substituta.

De acordo com Siqueira, et al. (2010), o desligamento da criança e do adolescente deve acontecer logo que a família apresentar condições favoráveis para prover os cuidados a eles, colocando em prática assim, o caráter provisório desta medida protetiva. Em função desse princípio, o ECA estabelece obrigatório que os vínculos familiares sejam preservados durante o período do acolhimento (Brasil, 1990).

As Orientações Técnicas (Brasil, 2009) também propõe que os esforços do serviço de acolhimento possam ser voltados para a preservação e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários das crianças e adolescentes acolhidas na instituição, pois, é sabido que estes vínculos são fundamentais para um desenvolvimento humano saudável, que proporciona a formação da identidade e sua constituição como pessoa e cidadão.

Com isso, para que ocorra a manutenção e preservação dos vínculos, a instituição deverá promover ações cotidianas, como por exemplo, a visita da família e de pessoas de referência da comunidade na qual a criança ou o adolescente pertence. Autores como Gobbo e Arcaro (2013) esclarecem que a visita da família na instituição pode ser uma das principais estratégias para trabalhar o fortalecimento do vínculo familiar.

Estudos como o de Siqueira et al., (2010) também chamam a atenção para a importância da ocorrência da visita familiar de crianças acolhidas institucionalmente. Estes

autores apontam em seu estudo que a existência de visitas regulares dos pais e/ou responsáveis favorecem a interação e o fortalecimento dos vínculos com os acolhidos e aumentam a possibilidade da reinserção familiar. No entanto, existe a necessidade de as visitas ocorrerem de maneira planejada e organizada, com o acompanhamento da equipe técnica da instituição. Nesse sentido, as famílias precisam do apoio da instituição para que a interação entre pais e filhos ocorra.

Outra intervenção importante que a equipe técnica poderá promover é a visita domiciliar, pois através desta, é possível que ocorra um estreitamento do contato da equipe com a família, gerando proximidade e confiança entre ambos, o que possibilita também uma melhor intervenção dos técnicos no trabalho da reinserção familiar (Cavalante, Silva, & Magalhães, 2010).

Deve-se evitar sempre que possível a transferência da criança para outras instituições de acolhimento, visando manter o acolhido próximo à residência dos pais ou responsáveis e garantir o estímulo do contato tanto da instituição com a família, quanto desta com a criança e com o adolescente acolhido. Além de possibilitar a ação da equipe técnica no acompanhamento da família pós-reinserção e, caso seja necessário, a inclusão dela em programas oficiais de apoio e promoção social (Brasil, 1990).

Diante de tais desafios, espera-se que a equipe técnica da instituição apresente alternativa de mobilização e aproximação da família com suas crianças e adolescentes e com a própria instituição, por meio da promoção de atividades e ações regulares que envolvam os pais e/ou responsáveis, proporcionando espaço para as interações e convívio dos acolhidos com suas famílias (Brito, 2010).

Por fim, a Lei 12.010 (Brasil, 2009), expõe que as instituições de acolhimento deverão verificar no período máximo a cada seis meses a situação das crianças acolhidas, revendo junto a autoridade judiciária as condições do retorno da criança para o convívio com a família

de origem. A partir da possibilidade de reinserção, a coordenação da instituição de acolhimento deverá comunicar à autoridade judiciária, que tomará as devidas providências, juntamente com o Ministério Público. Posteriormente, deverá ser promovida imediata reinserção familiar da criança ou do adolescente.

O Retorno ao Convívio com a Família de Origem: Do Acolhimento Institucional à Reinserção Familiar

Existem na literatura diferentes estudos que discutem o processo de reinserção familiar de crianças e adolescentes que passaram pela medida do acolhimento institucional. Muitas destas discussões foram desenvolvidas a partir de experiências principalmente com adolescentes (Carvalho, & Manita, 2010; Siqueira, et al., 2010; Siqueira, Massignan, & Dell’Aglío, 2011; Vieira, 2011) ou com crianças e adolescentes (Cavalcante, Silva, & Magalhães, 2010; Gobbo, & Arcaro, 2013; Moreira, 2014), sendo poucos ainda os que focam apenas na reinserção familiar de crianças (Ferreira & Bittencourt, 2009; Silva, 2012, Serrano, 2008). Isso demonstra a relevância de gerar estudos mais específicos que considerem o processo de desenvolvimento da criança na sua primeira infância, considerando a transição entre dois ambientes distintos: a instituição e a família.

Alguns termos são utilizados para falar de crianças que saíram da instituição de acolhimento e retornaram a família. Os mais abordados na literatura nacional e legislação vigente, são: desligamento institucional, desinstitucionalização, retorno para a família, reintegração familiar, convivência familiar e reinserção familiar (Bettanin, & Gobbo, 2010; Siqueira, et al., 2010; Siqueira, 2012; Silva & Arpini, 2013). Na literatura internacional esse processo é chamado de reunificação familiar (*family reunification*) (Balsellsa, et al., 2015; López, et al., 2012; Farmer & Wijedasa, 2012).

Apesar de existirem diferentes termos para tratar a temática do direito fundamental da criança à convivência familiar, a visão em relação aos objetivos finais da medida do acolhimento institucional são os mesmos. A ênfase é dada, portanto, para o retorno da criança ao contexto familiar, primordialmente para a família de origem.

Dentre diferentes conceitos apresentados, optou-se por assumir neste trabalho o de Siqueira (2012), que nomeia o retorno da criança acolhida para a família de origem como sendo o processo de reinserção familiar, e, por destacar ainda, que esse processo se dá a partir do desligamento da criança da instituição para o lar, seja da família nuclear, monoparental ou extensa. A autora enfatiza que a reinserção precisa ocorrer de maneira mais rápida e segura possível, com o foco na provisoriedade e qualidade da medida.

A reinserção ocorre sempre que os familiares possuem condições favoráveis para prestar o cuidado necessário ao desenvolvimento da criança. Apresenta-se como um processo de estímulo à reaproximação da família de origem com a criança ou o adolescente acolhido institucionalmente, visando, portanto, o desligamento para o núcleo familiar e convivência comunitária (Gobbo & Arcaro, 2013).

Autores como Bettanin e Gobbo (2010) também tratam o processo de reinserção como o retorno da criança acolhida para o lar e enfatizam que as normas que regem os direitos das crianças e dos adolescentes no Brasil têm como princípio básico e fundamental o direito à convivência familiar, seja na família natural ou extensa.

A reinserção é o momento em que se busca promover a relação de crianças afastadas da família por abandono ou maus tratos com seus familiares, e nesse sentido, atuam em prol da garantia do direito fundamental à convivência familiar, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (Siqueira & Dell’Aglío, 2011).

Outros estudos demonstram que o processo de reinserção ocorre a partir de ações desenvolvidas pela equipe técnica da instituição de acolhimento, juntamente com o órgão do

sociojurídico, que atende as demandas da infância e adolescência. Diante disso, são feitos procedimentos, como, entrevista, coletas de informações e aproximação gradativa da criança com a família no ambiente doméstico e institucional (Cavalcante, Silva, & Magalhães, 2010).

É necessário dar atenção para o processo de reinserção familiar da criança, pois quanto mais elevado for o tempo de afastamento, maior poderá ser o risco da fragilização dos vínculos afetivos. Além disso, dependendo das condições do contexto, a institucionalização de crianças nos primeiros anos de vida, pode acarretar prejuízos da função e do desenvolvimento psicológico, considerando ainda, que as primeiras experiências de vínculo afetivo são decisivas no decorrer do desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1996). Por isso, o processo de reinserção familiar e fortalecimento dos vínculos precisam ser trabalhados constantemente (Moreira, 2014).

Na concepção de Silva (2012), é no processo de reinserção familiar que a criança tem a oportunidade de reconstruir os vínculos familiares e comunitários e, assim, passarem a ter os cuidados e proteção investidos pela família. Assim, a autora caracteriza a reinserção familiar como sendo também um processo onde as crianças e adolescentes deverão ter o direito e oportunidade de se desenvolverem na família de origem, sendo pensada a possibilidade de família substituta apenas quando estiverem esgotadas todas as chances de reinserção na família nuclear ou de origem.

O processo de reinserção familiar precisa ser assumido como trabalho incansável da equipe técnica da instituição a procura dos familiares que estariam dispostos a assumir a responsabilidade pelos cuidados com as crianças acolhidas. Nesse processo, se o acompanhamento e a intervenção com essas famílias ocorrerem de maneira periódica, às chances de a reinserção familiar ser malsucedida são menores, o que evita mais sofrimento e rompimento dos vínculos entre pais e filhos (Rocha, Arpini & Savegnago, 2015).

Abaixo serão apresentados alguns fatores que podem dificultar ou facilitar o processo de reinserção familiar, de acordo com alguns estudos já realizados.

Fatores que Dificultam o Processo de Reinserção Familiar

Encontra-se na literatura estudos que apontam nos seus resultados diversos fatores que podem dificultar o processo de reinserção familiar. Abaixo, apresentam-se alguns destes elementos, que ainda precisam ser pensados e enfrentados no momento da intervenção da equipe técnica para a efetivação da reinserção da criança à família de origem.

Em uma pesquisa realizada por Siqueira e Dell’Aglio (2011), que procurou investigar os motivos de fracasso na reinserção familiar e o retorno de duas adolescentes para a instituição, indicou em seus resultados uma carência de avaliação prévia da situação das adolescentes, considerando uma fragilidade na preparação da família e das adolescentes para a ocorrência da reinserção, além da falta de um acompanhamento da equipe técnica com a família durante o processo. As autoras também identificaram que a presença de doença mental nos pais, poucas habilidades parentais, ausência de apoio social, a falta de apego com seus filhos, pouca participação nas atividades da comunidade, isolamento social e recusa pelos serviços sociais oferecidos foram situações que ocasionaram uma reinserção familiar mal-sucedida.

Um estudo que teve como objetivo investigar características do processo de reinserção familiar de crianças e adolescentes em seis instituições de acolhimento, através da análise de prontuário e diário de campo, constatou que de uma amostra de 123 crianças acolhidas em 2009, apenas 13 foram reinseridas à família de origem. Identificaram-se, por meio desta pesquisa, que a existência de fragilidades no momento da visita familiar e a falta de

acompanhamento e encaminhamento da família para a rede de apoio sócio assistencial foram as principais dificuldades para a efetivação da reinserção (Brito, 2010).

Outros estudiosos da temática da reinserção familiar identificaram nos resultados das suas pesquisas que o retorno para o lar não se dá de maneira tão simples. Em alguns casos isso ocorre devido a grave situação de risco social em que as famílias se encontram, as condições socioeconômicas precárias e, em muitos casos, os familiares não possuem espaço adequado no lar para receber novamente a criança e/ou adolescente que foi desligado da instituição. Assim, esses e outros motivos podem repercutir de maneira negativa sobre essas famílias, podendo ocasionar um elevado nível de estresse, afetar na relação familiar e, conseqüentemente, no processo de reinserção familiar (Silva & Nunes, 2004).

Ainda de acordo com as autoras, torna-se necessário que os profissionais que trabalham em instituições de acolhimento, levem em conta a capacidade e afetividade da rede social da qual a família pode obter e dar suporte ao filho que está retornando para o lar. Além disso, é preciso considerar as questões políticas, econômicas, sociais e culturais que norteiam as famílias e influenciam o processo de reinserção à família de origem e à comunidade.

Um estudo que procurou investigar os fatores de risco e de proteção presentes no processo de reinserção familiar de uma adolescente de 12 anos, que esteve abrigada por seis meses devido à suspeita de abuso sexual por parte do padrasto, identificou que os principais fatores que dificultaram a reinserção familiar de forma saudável da adolescente foram a falta de contato da adolescente com a família, ou seja, pouca frequência de visita familiar, as precárias condições socioeconômicas da família, a fragilidade do vínculo familiar e a carência do investimento de ações institucionais de apoio à família (Siqueira & Dell’Aglia, 2007).

Para ocorrer à preparação e a conclusão da reinserção da criança, é preciso levar em conta, primeiramente, o posicionamento da família frente às suas condições materiais e

humanas de voltar a assumir o papel de cuidadores dos filhos, tendo em vista a importância do desenvolvimento da criança sob a criação e convívio com os pais, principalmente na primeira infância (Cavalcante, Silva & Magalhães, 2010).

É necessário que a equipe técnica esteja sempre atenta, no sentido de identificar quando estarão esgotadas as tentativas de reinserção, porque em muitos casos, as condições da família para receberem seus filhos podem se apresentar ainda muito fragilizadas. Nos casos em que as situações de violência e abandono persistirem, a instituição de acolhimento pode ser a melhor alternativa de proteção para as crianças (Silva, 2012).

Existem muitas crianças e adolescentes que passam uma parte considerável de suas vidas em instituições de acolhimento e as têm como seus lares. Porém, existe a necessidade de que eles sejam preparados para o desligamento e para lidar com situações cotidianas fora da instituição, que envolva relações familiares e convívio com a comunidade (Vieira, 2011).

Além das questões apresentadas, existem outras que podem dificultar no processo de reinserção familiar saudável, que são a presença de doenças e dependências (drogas e álcool), a ausência de uma preparação prévia, tanto da família quanto da criança e do adolescente para o retorno do convívio, as dificuldades sociais e econômicas e a violência intrafamiliar (Silva & Arpini, 2013).

As dificuldades econômicas da família, ausência ou perda do vínculo familiar agravadas pelo elevado tempo de institucionalização, o uso de substâncias psicoativas pelos responsáveis das crianças e adolescentes, a falta de planejamento e acompanhamento das visitas pelas equipes técnicas, ausência de políticas públicas e de ações institucionais de apoio à reestruturação financeira das famílias e a baixa adesão das famílias aos encaminhamentos propostos pela instituição, todas são questões que dificultam a reinserção familiar (Brito, Rosa & Trindade, 2014).

Um estudo que teve como objetivo analisar o respeito ao direito fundamental à convivência familiar e o processo de promoção da reintegração familiar de crianças e adolescentes acolhidos fora de seu município, apresentou como principal resultado que a colocação de crianças e adolescentes em acolhimentos fora de seu município acarreta prejuízos à reintegração familiar e cerceia o direito fundamental à convivência familiar. Este estudo aponta também dificuldades na reinserção quando os vínculos afetivos familiares estão fragilizados, à falta de efetiva preparação da família de origem para a reintegração familiar (Gobbo & Arcaro, 2013). Essas ocorrências são contrárias ao que as normativas propõem como medida para o fortalecimento dos vínculos e preparação para o retorno ao lar, o que pode dificultar o processo de análise e preparação para o desligamento dos acolhidos.

Outros fatores como a existência de histórico de violência na família, a permanência dos fatores de risco no contexto familiar durante o acolhimento e a questão da idade da criança dificultam uma reinserção familiar saudável, além de existir probabilidade de a criança ser acolhida novamente ou retornar para as situações de vulnerabilidade e risco (Farmer & Wijedasa, 2012).

Diante dos resultados dos estudos mencionados, é possível identificar que uma das maiores fragilidades no processo de reinserção familiar é justamente os problemas socioeconômicos, a fragilidade no momento da visita familiar e na preparação da família para receber os filhos de volta, além do pouco acompanhamento desta família após o desligamento da instituição. Identifica-se que quando este acompanhamento é estudado e planejado, as chances de a criança retornar à instituição são menores.

Fatores que Facilitam o Processo de Reinserção Familiar

Assim como existem fatores que dificultam a ocorrência da reinserção familiar, outros podem auxiliar positivamente nesse processo, proporcionando segurança, amparo e

fortalecimento dos vínculos afetivos entre as famílias e os seus filhos. Abaixo serão apresentados os principais resultados de alguns estudos relacionados à reinserção familiar de crianças em acolhimento.

Autores como Lopéz, dell Vale, Montserrat e Bravo (2012) realizaram um estudo onde o objetivo foi analisar o processo de reinserção familiar de uma amostra de crianças espanholas, tanto em famílias de origem quanto em famílias substitutas. A coleta de dados foi obtida através de análise dos prontuários de 305 crianças e consulta com os técnicos da instituição de acolhimento. Os dados apontaram que um quinto da amostra selecionada retornou para a família de origem. Para que ocorresse a efetivação da reinserção, os autores apontaram os seguintes aspectos: idade da criança, a ausência de dependência de álcool e outras drogas no âmbito familiar e a qualidade da visita como um fator que fortalece os vínculos e favorece a convivência familiar.

Outros estudiosos se propuseram a examinar os fatores que contribuíram para a estabilidade do retorno da criança na família após o desligamento institucional com duração máxima de dois anos de acolhimento das crianças. Eles consideraram uma amostra de 180 crianças que estiveram acolhidas em seis instituições locais na Inglaterra. As análises estatísticas mostraram que a assistência à família, o acompanhamento, apoio, o cuidados pós-reinserção e a motivação dos pais para cuidar de seus filhos são fatores que agem positivamente na vida da criança e de sua família e fortalecem o trabalho de reinserção familiar (Farmer & Wijedasa, 2012).

Em uma pesquisa qualitativa e longitudinal, pesquisadores conseguiram identificar alguns fatores que contribuem para a efetivação de uma reinserção mais segura. Foram apontadas: apoio social externo, orientação e acompanhamento das famílias, entrevistas sistematizadas com as famílias e com os acolhidos, visitas familiares frequentes, visitas domiciliares dos técnicos do abrigo à família a fim de investigar a situação física e

econômica, como também a motivação, os sentimentos e os medos relacionados ao retorno do abrigado e a inclusão da família em programas de geração de renda e profissionalização (Siqueira e Dell’Aglia, 2007).

Estudiosos também procuraram conhecer o significado das crianças sobre a vivência na instituição de acolhimento e revelaram que muitas delas consideram que a instituição proporciona recursos necessários para a sua sobrevivência, porém os afasta do que elas assumem como valioso, que é o convívio em família (Zem-Mascarenhas & Dupas, 2001; Lauz & Borges, 2013).

É importante enfatizar a questão da qualidade do trabalho e acompanhamento às famílias das crianças que estão acolhidas, pois, se forem bem realizados, é mais provável que os pais e/ou responsáveis consigam receber incentivos para retomarem as relações com seus filhos durante e após a medida de acolhimento institucional, proporcionando assim, a convivência familiar, sejam estas as de origem, famílias extensas ou adotivas (Silva & Arpini, 2013).

Existem práticas das instituições de acolhimento que podem ser consideradas como fatores que facilitam a reinserção familiar, dentre elas estão as visitas domiciliares, o contato frequente com a família das crianças e adolescentes acolhidos, o investimento da equipe técnica na relação da família com a criança e, principalmente a visita familiar (Brito, Rosa & Trindade, 2014).

Em um estudo que teve como objetivo discutir sobre as políticas de garantia de direito a partir de programas que visam à preservação e à reinserção familiar, foi identificado como ações que auxiliam na reinserção familiar os seguintes aspectos: Compromisso da instituição em conservar os vínculos familiares e laços afetivos das crianças e adolescentes, a preparação prévia das famílias para a reinserção, a inclusão em programas de moradia, educação e

alimentação, o acompanhamento e tratamento de abuso de drogas, treinamento para parentalidade, entre outros (Siqueira & Dell’Aglío, 2011).

Uma revisão bibliográfica realizada por estudiosos da área da infância, onde buscaram refletir sobre a reinserção familiar de crianças e adolescentes em acolhimento, apresentando estratégias e procedimentos necessários à preparação do seu retorno à convivência em família, apontam que a realização de visitas institucionais e domiciliares mais frequentes e menos impessoais que estreitem o relacionamento entre os sujeitos envolvidos, a participação dos pais e/ou responsáveis na rotina de cuidados oferecidos pela equipe técnica e educadores (despertar a necessidade do acompanhamento, favorecer o compartilhamento de responsabilidades, apoiar iniciativas pessoais de atenção e educação dos filhos), o interesse por parte da família em assumir o cuidado, a realização de entrevistas, grupos de pais, oficinas temáticas e encontros mensais e inserção da família em programas sociais de geração de renda são instrumentos úteis que podem ser utilizados pela equipe técnica da instituição no processo de reinserção (Cavalcante, Silva & Magalhães, 2010).

Segundo um levantamento realizado por Iannelli, Gonçalves e Wenersbach (2015), as atividades que envolvem o incentivo à convivência com a família de origem, visitas domiciliares, acompanhamento social, reuniões ou grupos de discussão e apoio, inserção em programas de proteção/auxílio à família, avaliação criteriosa das condições de vida da família (socioeconômica); da intensidade do desejo da família pelo retorno da criança ou adolescente ao lar; e do vínculo entre os parentes, são atividades favorecedoras da reinserção das crianças nas suas famílias de origem.

A convivência familiar e comunitária pode ser garantida quando existe a possibilidade de recorrer a diferentes fontes, uma delas é nos casos de impossibilidade dos pais em cuidar dos filhos. Torna-se necessário recorrer à família extensa, como avós paternos e maternos, tios e até mesmo madrinhas ou padrinhos, entre outros parentes que estejam disponíveis para

assumir o cuidado com a criança. Além disso, existe a necessidade de levar em consideração a oitiva das crianças e adolescentes sobre a sua própria situação de vida, desejos e perspectivas (Moreira, 2014).

É importante que a instituição desenvolva estratégias de aproximação com os pais e destes com a instituição, além da preparação prévia da família que inclui o encaminhamento de ações que podem diminuir os fatores de risco, a visita periódica entre a família e os filhos acolhidos e a promoção de outras formas de contato para manutenção do vínculo, além da participação ativa da família e dos membros acolhidos. E ainda, é importante dar voz às crianças e aos adolescentes em situação de acolhimento, e para isso é preciso promover momentos de conversa e valorizar o que eles têm a dizer. Outro fator que influencia é o fortalecimento da rede de apoio às famílias durante todo o processo de reinserção e investimento em políticas e serviços que resgatem condições dignas de vida para essas famílias (Rosa, Nascimento, Matos & Santos, 2012).

Conclui-se que diante das situações de risco e vulnerabilidade que as muitas famílias e suas crianças se encontram, e ainda, diante da importância do desenvolvimento das crianças no contexto familiar, é nítida a necessidade de utilizar ferramentas que auxiliem na aplicação das medidas protetivas, com base no que as normativas disponibilizam e, além disso, gerar estudos que investiguem o processo de reinserção familiar, visando tanto aspectos do desenvolvimento dos sujeitos, quanto como à garantia do direito à convivência familiar.

Os documentos jurídicos que regulamentam a proteção e promoção social de crianças e adolescentes, dentre eles o ECA (Lei 8.069/90) e as orientações técnicas (Brasil, 2009), enfatizam que o processo de acolhimento institucional e reinserção familiar devem envolver um trabalho articulado entre o serviço de acolhimento e as famílias atendidas, para que seja garantida a excepcionalidade e provisoriedade da permanência de crianças nas instituições, tendo em vista a possibilidade de retorno dos acolhidos para as suas famílias de origem de

maneira segura. Diante disso, levantam-se as seguintes questões que norteiam este estudo: quem são essas crianças que passam pelo acolhimento institucional e são reinseridas à família? Quem são os seus familiares? É necessário a investigação sobre como tem ocorrido o processo de reinserção familiar dessas crianças tendo como base a legislação vigente que orienta e regulamenta o serviço de acolhimento, e, ao mesmo tempo, tendo em vista as condições sociais pouco favoráveis em que as famílias se encontram.

Deste modo, o objetivo geral do estudo foi investigar o processo de reinserção familiar de crianças de zero a sete anos que estiveram acolhidas em uma instituição no período de Junho de 2015 a Julho de 2016 no Município de Belém/PA. Pretendeu-se: 1) Descrever o perfil biosociodemografico das crianças acolhidas de Junho de 2015 a Julho de 2016, dentre elas as crianças que foram reinseridas à família de origem, considerando sua história pessoal e institucional; 2) Descrever o perfil sociodemografico das famílias das crianças que foram reinseridas, no período de Junho de 2015 a Julho de 2016; 3) Identificar as estratégias utilizadas pela instituição no processo de reinserção familiar durante o acolhimento e após o desligamento da criança.

Esta pesquisa, de maneira geral, norteia as principais características do perfil das crianças que estiveram acolhidas em um período específico de um ano, e das que retornaram para o convívio com a família de origem (sexo, idade, escolaridade, condições de moradia e processo institucional), apresenta a descrição do perfil das famílias crianças que foram reinseridas (idade, escolaridade, renda, profissão, habitação e condições de moradia), e ainda considera aspectos das estratégias adotadas pela instituição para trabalhar o processo de reinserção familiar durante o acolhimento e após o desligamento das crianças.

Método

Este estudo apresenta caráter documental, com ênfase na análise de prontuários e com abordagem quantitativa dos dados.

Universo Amostral

O estudo envolveu, na primeira etapa da coleta, a consulta de 52 prontuários das crianças, de zero a sete anos, que estiveram acolhidas na instituição no período de junho/2015 a Julho/2016. Dos prontuários desta amostra, foram colhidos dados do perfil biosociodemográfico e do processo institucional das crianças. Como critério de inclusão para a segunda etapa da coleta, selecionou-se dos 52, os prontuários das crianças que foram reinseridas à família de origem, que passaram pelo menos três meses acolhidas na instituição, e que tivessem guia de desligamento. Em relação aos critérios de exclusão, retiraram-se da amostra dos 52, os prontuários das crianças que foram adotadas ou que não retornaram para a família de origem e as que não possuíam guia de desligamento. Com a utilização destes critérios, restaram 17 prontuários. A partir disso, investigou-se como ocorreu o processo de reinserção familiar desta segunda população.

Contexto da Pesquisa

A instituição onde foi realizado o estudo foi fundada em 2015, com objetivo de atender crianças estão em situação de risco pessoal e social, dentre eles, destaca-se às situações de negligência, abandono, violência física, exploração sexual, tráfico humano, situação de rua, soro positivo e outras doenças graves. A faixa etária inclui crianças de zero a seis anos de ambos os sexos. Ressalta-se que, em alguns casos, a instituição acolhe crianças

nas quais a faixa etária ultrapassa o que é previsto, por conta do acolhimento de grupo de irmãos (alguns na faixa e outros acima dos seis anos), onde a legislação propõe que sejam mantidos no mesmo serviço, com o objetivo de preservar os vínculos familiares.

A instituição possui caráter governamental, mantida por recurso público municipal e executado pela Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA). O espaço conta também com outras fontes de recursos, como por exemplo, as doações feitas por pessoas jurídicas (empresas e ONG's) e por pessoas físicas. Salienta-se que é fiscalizada regularmente pela 1ª Vara da Infância e Juventude, Ministério Público, Secretaria de Assistência, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER), Defensoria Pública, vigilância sanitária e corpo de bombeiros.

No período de 2015, iniciaram-se os atendimentos em regime de acolhimento institucional continuado e breve. No serviço de acolhimento institucional continuado, o Conselho Tutelar é responsável por encaminhar crianças que estão em situação de grave risco à integridade física e/ou psíquica para serem acolhidas de maneira provisória e excepcional. Nesta modalidade, existe a importância do acompanhamento da criança e de sua família por um período mais longo de tempo, porém, com o propósito de que o acolhimento não ultrapasse dois anos, como propõem as orientações técnicas (Brasil, 2009). Com isso, é necessário a criança possuir guia de acolhimento, que é expedida pela Vara da Infância, a fim de registrar as principais informações pessoais da criança e posteriormente criar o seu plano individual de atendimento.

No caso do acolhimento breve, as crianças também são encaminhadas pelo Conselho Tutelar para a instituição por meio de uma medida emergencial, quando são identificadas situações de risco. As intervenções duram em torno de 72 horas. Neste caso, não é necessário a expedição da guia de acolhimento da criança. As duas modalidades são aplicadas como forma de transição para a reinserção familiar, ou, no primeiro caso, sujeito a colocação em família substituta.

Existem algumas atividades que a instituição realiza regularmente, como: apoio e acompanhamento as crianças que foram desligadas, preparação gradativa para o desligamento, elaboração do Plano Individual de Atendimento dos acolhidos, providência de documentação civil para as crianças que não possuem, relatórios periódicos sobre a situação sócio institucional das crianças à Vara da Infância e Juventude, além da capacitação periódica dos recursos humanos da instituição. Além destas, outras atividades são realizadas dentro e fora da instituição, como: atividades culturais, de lazer, religiosas, educacionais, entre outras ações recreativas.

O espaço conta com uma equipe técnica, composta por: uma gerente, três assistentes sociais, dois psicólogos, uma pedagoga, uma terapeuta ocupacional e uma enfermeira, além dos cuidadores, agentes de copa e cozinha, vigilantes, motorista e pessoal dos serviços gerais.

Em relação às características físicas, o espaço tem capacidade de acolhimento de 20 crianças. O atendimento mensal de crianças que chegam na instituição é bem relativo, mas gira em torno de sete a vinte e seis atendimentos que são encaminhados pela 1ª Vara da Infância e Juventude da Capital e pelo Conselho Tutelar. A instituição fica localizada no Município de Belém, onde a propriedade é alugada, com aspecto residencial, em área comercial e urbana e sem identificação na parte externa da casa, o que está de acordo com as orientações técnicas. Em suas instalações contém um almoxarifado, um pátio, cinco banheiros, um quintal, um berçário, uma brinquedoteca, uma cozinha, três dormitórios, uma lavanderia, um refeitório, uma sala de atividades pedagógicas, uma sala de reunião e uma sala de atendimento psicossocial.

Instrumentos

Formulário de Caracterização da Criança

Elaborado por Cavalcante (2008) e adaptado por Corrêa (2016) que realizaram estudos investigando as condições biopsicológicas e sociodemográficas de crianças e adolescentes nos

Serviços de Acolhimento da Região Metropolitana de Belém. O instrumento tem como objetivo abordar as principais características do perfil biosociodemográfico de crianças no contexto do acolhimento e de suas famílias. Composto por 71 questões, divididas em subitens: Identificação da Criança (17 itens), Situação Familiar da Criança (9 itens), Processo de Institucionalização (27 itens) e Saúde da Criança (19 itens) (Ver **APÊNDICE A**).

Ficha de Reintegração Familiar

Elaborado por Silva (2012) em seu estudo sobre reintegração familiar de crianças em três instituições de acolhimento na cidade de Ribeirão Preto/ São Paulo. A construção do instrumento contou com o apoio do Grupo de Investigação sobre Adoção, Abrigamento e Acolhimento Familiar - GIAAA, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade de São Paulo, e também teve o auxílio da equipe técnica do Fórum de Ribeirão Preto. O objetivo é investigar o processo de reinserção familiar de crianças, a fim de demonstrar aspectos da sua trajetória na instituição durante o acolhimento e após a reinserção. É composta por 32 questões de múltipla escolha que se baseiam em: Dados do desligamento da criança (cinco itens), motivo da reinserção familiar (um item), para quem a criança foi desligada (quinze itens), visita da família (dois itens), intervenção da equipe técnica antes do desligamento (quatro itens), acompanhamento da criança e da família após a reintegração/reinserção (dois itens), reincidência e reabrigamento (dois itens) e elaboração do Plano Individual de Atendimento-PIA (um item) (Ver **APÊNDICE B**).

Procedimentos e Considerações Éticas

Esta pesquisa está vinculada ao projeto “Instituições de Acolhimento de Crianças e Adolescentes em quatro Regiões do Estado do Pará: Perfil, Rotins e Práticas de Cuidado,

aprovado pelo CNPQ através do processo de número 406608/2012-1, coordenado pelas professoras Dra. Lília Iêda Chaves Cavalcante e Celina Maria Colino Magalhães. O projeto foi, ainda, submetido e aprovado pelo Comitê de Ética do Instituto de Ciências da Saúde (ICS) da Universidade Federal do Pará. Houve também a autorização do Juiz responsável pela 1ª Vara da Infância e Juventude da Capital, da Secretaria de Assistência, Trabalho, Emprego e Renda- SEASTER e da Coordenação da Instituição de Acolhimento onde o presente estudo foi realizado.

A partir dessas considerações, solicitou-se à coordenação da instituição a liberação para a inserção da pesquisadora no espaço e o contato com os prontuários selecionados para a coleta. Houve total comprometimento com o sigilo da identidade das crianças e seus familiares que fizeram parte da amostra desta pesquisa.

Diante da autorização das entidades, houve a preparação para a inserção da pesquisadora no espaço de acolhimento. Este processo durou em torno de dois meses, onde eram feitas visitas de uma a duas vezes na semana, de acordo com a disponibilidade da equipe técnica para receber a pesquisadora.

Para que as relações e o contato com a equipe da instituição se tornasse mais próximo possível durante o período de habituação, foram realizados encontros com a coordenação e com a equipe técnica através de reuniões e conversas individuais com os técnicos, com o intuito de discutir o objetivo e andamento deste estudo, além da participação da pesquisadora nas atividades de lazer e comemorações que ocorriam no espaço, como festas de aniversários das crianças e outras datas comemorativas.

Procedimento de Coleta de Dados

O período da coleta durou em torno de três meses, considerando que foram feitas visitas três vezes na semana e em dias aleatórios, exceto finais de semana e feriados.

Previamente, foram agendados os dias da semana e horários de acordo com a disponibilidade da coordenação para receber a pesquisadora na sala da equipe técnica, onde foi obtido acesso aos prontuários das crianças. Além disso, foram apresentados aos técnicos e à gerência os instrumentos que seriam usados na coleta.

Com a liberação da gerência, a pesquisadora consultou e coletou dados dos prontuários e livros de registros que continham informações sobre o perfil biosociodemográfico das crianças que estiveram acolhidas na instituição de Junho de 2015 a Julho de 2016, na modalidade de acolhimento institucional continuado, o que totalizou 52 prontuários. Para coletar os dados do perfil das crianças, a pesquisadora realizou um levantamento dos documentos que constavam nos 52 prontuários, dentre eles, a certidão de nascimento, carteira do Sistema Único de Saúde, Plano Individual de Atendimento-PIA, Guia de acolhimento e de desligamento, entre outros. A partir do acesso a estes documentos, a pesquisadora selecionou as informações do perfil das crianças e preencheu no formulário de caracterização da criança de acordo com as questões presentes no instrumento. Ao final desta primeira etapa, foram selecionados, do total dos 52, os prontuários das crianças que possuíam três características: terem passado pelo menos três meses acolhidas, que possuíam guia de desligamento e que foram reinseridas na família de origem, estes totalizaram 17 prontuários. Portanto, somente esta parte da amostra foi selecionada para o momento seguinte da coleta.

Iniciou-se a segunda fase da coleta com a leitura dos prontuários e o preenchimento do segundo instrumento do estudo: A Ficha de Reintegração Familiar (Silva, 2012). A pesquisadora do presente estudo coletou dos prontuários as principais informações que abordam desde as características do perfil biosociodemográfico das famílias até os dados referentes à reinserção familiar, propriamente dita, preenchendo assim as questões presentes no instrumento sobre o perfil da família, motivo do acolhimento, visita familiar,

desligamento, para quem a criança retornou, acompanhamento da equipe técnica após a reinserção, se houve reincidência entre outras questões relevantes que o instrumento aponta.

A equipe técnica e a gerencia da instituição contribuíram de maneira prestativa e significativa nos momentos em que houve dúvidas sobre as informações. A pesquisadora, sempre que possível, acionava a equipe técnica como fonte de dados secundária para maiores esclarecimentos, com o intuito de que a coleta tivesse sempre as informações corretas e completas.

Procedimento de Análise dos Dados

Para a organização, armazenamento e tratamento das informações coletadas, foram criados dois bancos de dados em planilhas eletrônicas do programa SPSS, versão 20, um banco para armazenar os dados do perfil biosociodemográfico das crianças e outro banco para armazenar os dados do perfil biosociodemográfico das famílias das crianças que foram reinseridas e o processo de reinserção familiar, com base nas questões que compõe cada instrumento. A partir disso, os dados coletados foram sendo preenchidos nas planilhas pela própria pesquisadora.

O formulário de caracterização da criança foi utilizado para fazer uma descrição do perfil biosociodemográfico das 52 crianças. Para isso, consideram-se as seguintes categorias: identificação, situação familiar da criança, condições de moradia e processo institucional. Os dados coletados com este instrumento foram analisados quantitativamente por meio de estatística descritiva. Consideram-se variáveis como sexo, idade, escolaridade, naturalidade, registro civil, condições de moradia, motivo do acolhimento e processo institucional.

Quanto aos dados obtidos na ficha de reintegração familiar, pretendeu-se fazer uma análise por meio de estatística descritiva do perfil biosociodemográfico das famílias das crianças que foram reinseridas e do processo de reinserção familiar. Para isso, considerou-se

as seguintes variáveis do perfil: idade, cor, religião, Estado civil, escolaridade, cidade de origem, profissão e renda. Sobre a reinserção familiar, as variáveis foram: visita familiar, configuração familiar antes e após o acolhimento, com quem foram realizadas as intervenções, tipos de intervenções realizadas durante o acolhimento e intervenções realizadas após a reinserção, motivo do desligamento, procedência do desligamento, reincidência e PIA.

De maneira geral, buscou-se apresentar as principais características biosociodemográficas das crianças que passaram pelo serviço de acolhimento institucional, com ênfase nas que foram reinseridas à família de origem, as características do perfil dos seus familiares, além de demonstrar como ocorre o processo de reinserção familiar dessas crianças, tendo como base a legislação e documentos oficiais que buscam a promoção e proteção de crianças e adolescentes.

Resultados e Discussão

Crianças Acolhidas em uma Instituição na RMB, no Período de junho de 2015 a julho de 2016: Perfil Biosociodemográfico e o Processo Institucional.

A apresentação dos resultados inicia com a descrição dos dados do perfil biosociodemográfico das crianças acolhidas em uma instituição que atende o público de zero a seis anos na RMB. Estes resultados são referentes à análise de 52 prontuários das crianças que foram e das que não foram reinseridas à família de origem. As tabelas foram divididas por dois eixos: Perfil e processo de acolhimento institucional.

Dados do Perfil Biosociodemográfico das Crianças

Os dados expostos neste tópico referem-se ao sexo, idade, escolaridade, naturalidade e registro civil, como demonstra a tabela abaixo:

Tabela 1

Perfil biosociodemográfico das crianças acolhidas e das crianças reinseridas à família de origem

Variáveis	Crianças (n = 52)		Crianças Reinseridas (n = 17)	
	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%
Sexo				
Feminino	21	40,4	7	41.2
Masculino	31	59,6	10	58.8
Faixa Etária (Em anos)				
0 - 2 a	19	36,1	6	35.3
2 - 4 a	11	22,1	3	17.6
4 - 6 a	9	17,1	3	17.6
Acima de 6 a	13	24,7	5	29.5
Escolaridade				
Estuda	13	25	5	29.4
Não Estuda	12	23,1	6	35.3
NA	26	50	6	35.3
SI	1	1,9		
Naturalidade				
Paraense	48	92,3	14	82.3
Bahiano	1	1,9	1	5.9
Paulista	2	3,8	2	11.8

SI	1	1,9		
Possui Registro Civil				
Sim	46	88,5	17	100
Não	5	9,6		
SI	1	1,9		
Nome do Pai no Registro Civil				
Sim	16	30,8	8	47.1
Não	33	63,5	9	52.9
SI	3	5,8		

Nota. NA= Não se aplica; SI = sem informação.

A tabela 1 demonstra que a maioria das crianças em situação de acolhimento era do sexo masculino (59,6%), assim como, a maioria das crianças que retornaram para a família de origem também foram os meninos (58,8%). Referente à idade, os dados apontam que as crianças na faixa etária de 0 - 2 anos são a maioria na instituição (36,1%), no entanto, as crianças desta mesma faixa etária foram as que mais retornaram para à família (35,3%). Quanto aos dados da escolaridade, identificou-se que essa prática ainda não se aplica para a metade da população geral dos acolhidos (50%) e para a maior parte das crianças reinseridas (35,3%).

Sobre a questão da naturalidade, apesar de existirem a presença de crianças de outros Estados brasileiros como Bahia e São Paulo, o público paraense é o que predomina nas duas populações: acolhidas (92,3%) e reinseridas (82,3%). Os resultados apontam ainda que a maior parte das crianças acolhidas possuem registro civil (88,5%) e todas as crianças que retornaram para o âmbito familiar de origem possuem registro (100%), porém, um percentual significativo do total dos acolhidos não possui o nome do pai no registro (63,5%) e, no caso das crianças reinseridas, este percentual também foi o mais expressivo (52,9%).

Os resultados referentes ao sexo corroboram com alguns levantamentos e estudos realizados anteriormente (Brasil, 2013; Corrêa, 2016; Cavalcante, Magalhães & Reis, 2014) onde indicam que atualmente, as crianças do sexo masculino são as que mais vivenciam o processo de institucionalização na primeira infância, quando comparadas às crianças do sexo feminino. Porém estes mesmos estudos apontam que o quadro muda quando as crianças ficam

mais velhas, ou seja, com o passar da idade, as meninas formam a maioria nas instituições de acolhimento.

Os dados referentes ao sexo das 17 crianças que foram reinseridas à família de origem, apontam que mesmo as crianças do sexo masculino sendo as que mais passam pela instituição de acolhimento, eles foram mais frequentemente reinseridos à família. O presente estudo se diferencia do de Silva (2012) que identificou que as crianças do sexo feminino são mais facilmente reinseridas à família quando estão na faixa etária de zero a seis anos. Supõem-se que provavelmente os índices de crianças do sexo masculino ou feminino que retornam para a família esteja de acordo com a realidade social de cada contexto pesquisado, ou seja, este é um dado que pode variar constantemente.

No que tange aos dados da faixa etária das crianças, este estudo apresenta resultados semelhantes aos de Corrêa (2016) e Cavalcante et al. (2014) que realizaram pesquisa em instituições que acolhem crianças de zero a seis anos e identificaram que a faixa etária entre 0 a 3 anos são as que predominam nos serviços de acolhimento. Além disso, estas crianças são as que retornam mais facilmente para o âmbito familiar, o que corrobora com o estudo de Silva (2012) que apontou o mesmo resultado na sua pesquisa.

Até aqui é possível observar que as crianças do sexo masculino são as mais afetadas com a privação do convívio familiar na primeira infância, pois somam o maior percentual de acolhidos. No entanto, a situação de ambos os sexos se iguala e se agrava quando os resultados mostram que essa privação ocorre nos primeiros anos de vida. Sabe-se que nesta fase acontecem as primeiras formações dos vínculos afetivos, as primeiras experiências e aprendizados da criança. Além disso, estudos demonstram que a ausência do convívio familiar e, principalmente, a privação dos cuidados maternos nos primeiros anos de vida, podem ocasionar prejuízos nas habilidades sociais, cognitivas e no crescimento psicológico da criança. Além de provocar angústia, intolerância, ansiedade e raiva, ou seja, acarreta

problemas para o desenvolvimento da criança em vários aspectos (Bowlby, 1997; Esteves & Ribeiro, 2016; Jordão & Ramires, 2010).

O próprio Plano de Convivência Familiar e Comunitária (Brasil, 2007) faz um alerta quanto a privação dos cuidados primários e afeto familiar. A normativa coloca que nos primeiros anos de vida a criança estabelece uma dependência daqueles que dela cuidam e que o convívio com os seus pais é fundamental para sua constituição como sujeito em desenvolvimento. Os cuidados que ela recebe da família, sobretudo nos primeiros anos de vida, possuem consequências importantes sobre sua condição de saúde, desenvolvimento físico e psicológico.

Considera-se diante das análises de Bowlby (1997) que as primeiras relações que a criança estabelece na infância com a família, pode influenciar o modo como o sujeito vivência o apego ao longo da vida. O autor esclarece que os primeiros cuidados com o bebê são essenciais para a sua vida e as experiências vividas com os cuidadores primários proporcionam uma percepção sobre si própria e sobre o contexto que ela vive. Por isso, esses cuidados são fundamentais para que a criança se desenvolva de maneira mais saudável (Bowlby, 1990).

Diante do exposto, é possível observar que as inquietações que norteiam a questão do convívio familiar, primordialmente nos primeiros anos de vida, vêm sendo discutidos por estudiosos da área da infância há alguns anos. Estudos de autores clássicos como Bowlby (1997- 1990) já apontava a tempos a existência do prejuízo da privação do convívio familiar. E as legislações existentes (Brasil, 2013; Brasil, 1990) que norteiam as práticas dos serviços de acolhimento e os direitos da criança, surgem para enfatizar a importância do vínculo afetivo e o prejuízo que a ausência dele pode causar para o desenvolvimento.

Com isso, devem se tornar sempre incansáveis os estudos e as buscas pelas estratégias que auxiliem na diminuição não só do acolhimento de crianças em idade primária, mas

também de crianças do contexto geral. E ainda, é preciso avançar em termos de políticas públicas no sentido de garantir que as famílias possam retomar o quanto antes o cuidado com seus filhos de maneira segura e saudável ou, em casos excepcionais, coloca-los em famílias substitutas.

No que diz respeito aos dados de escolaridade, nota-se que metade da população geral acolhida que foi investigada (50%) não compõe a faixa etária escolar, pois são crianças que estão nos três primeiros anos de vida. Da população de crianças que foram reinseridas, a maioria também não estavam na faixa etária escolar, por haver a presença de bebês. No segundo maior percentual da população geral (25%) estão as crianças que frequentam as unidades de Educação Infantil. Dentre as que estão aptas a estudar, muitas ainda não se encontram matriculadas (23,1%). Com isso, existe a necessidade de atenção a garantia da educação para crianças que estão em processo de acolhimento institucional.

Quando se trata de escolaridade, O ECA (Brasil, 1990) estabelece que o direito a educação deve ser garantido, tendo em vista o pleno desenvolvimento da criança como pessoa e cidadão. No caso das crianças acolhidas, torna-se necessário ressaltar que as instituições de acolhimento precisam estar articuladas com as redes de ensino público a fim de inserir as crianças na escola, no caso desta população, nas creches e redes de educação infantil (Brasil, 2009). Espera-se que este tipo de serviço possa ser prestado mesmo após o desligamento da criança da instituição, por meio também de inclusão em programas de acompanhamento da família.

De acordo com as Orientações Técnicas (Brasil, 2009) a importância do ensino vai além do processo de alfabetização. Esta normativa esclarece que no ambiente escolar as crianças acolhidas têm a oportunidade de assegurar o direito à convivência familiar e comunitária. A escola, portanto, é vista como um importante instrumento na garantia desse

direito. Por isso, os serviços de acolhimento precisam estar articulados com o sistema educacional, garantindo a permanente interação entre os dois serviços.

Em relação à naturalidade, pode-se perceber que a maioria das crianças da população geral e das que foram reinseridas são paraenses (92,3%) e (82,3%) respectivamente, o que deve ser considerado comum, tratando-se de um serviço de acolhimento que atende preferencialmente nesta região. Apesar de as Orientações Técnicas (Brasil, 2009) proporem que o acolhimento deve ser feito prioritariamente no município e/ou região de origem da criança, este estudo apontou a presença de três crianças de outros Estados brasileiros sendo atendidas na instituição pesquisada. Ressalta-se que as famílias das crianças da Bahia e de São Paulo estavam residindo no Pará, portanto, as intervenções foram realizadas na instituição deste Estado. Com isso, cada caso deve ser investigado na sua particularidade.

Os dados do registro civil apontam uma questão que precisa ter visibilidade. Do total das crianças pesquisadas, um percentual considerado otimista (88,5%) possui registro civil e todas as crianças que foram reinseridas também possuem (100%). Por outro lado, cerca de 63,5% da população geral e 52,9% das crianças reinseridas não possuem o nome do pai no registro. Este último dado apresenta uma discordância quando comparado ao estudo de Silva (2012) onde apontou que de um percentual de crianças reinseridas à família 66% delas possuíam o reconhecimento do pai no registro civil. Porém, o presente estudo corrobora com o de Fávero et al. (2000) e Cavalcante et., al (2014) que apontaram resultados semelhantes no que se refere a ausência do reconhecimento do pai no registro civil das crianças reinseridas

Os dados apresentam uma preocupação sobre a efetiva participação do pai na criação e cuidado dos filhos. É sabido que o reconhecimento da paternidade também é um dos direitos da criança (Brasil, 1990) e que isso precisa ser garantido, até mesmo para a criança ter a possibilidade de estabelecer vínculos afetivos e trocas de experiências (Bowlby, 1990). O pai precisa ser um dos principais cuidadores de referência com quem a criança também estabeleça

o vínculo. Além disso, é preciso que eles assumam e compartilhem das necessidades materiais da criança, como estabelecem as normativas e os órgãos do Judiciário, como as Varas de Família e Defensoria Pública.

Outro fator importante que precisa ser destacado é o entendimento sobre até que ponto a ausência paterna pode influenciar nos motivos que levaram a criança ao acolhimento. Considera-se a possibilidade de que as mães sem suporte material, afetivo e parental podem apresentar dificuldades de cuidar dos seus filhos sozinhas ou apresentarem práticas educativas parentais negativas, que gera a possibilidade de negligência, e consequentemente ao acolhimento institucional.

Condições de Moradia: Crianças Acolhidas e Crianças Reinseridas à Família de Origem

Os resultados demonstram aspectos relacionados às condições de moradia das crianças acolhidas e das crianças reinseridas à família. Foram considerados os dados sobre a situação do imóvel, tipo de construção, energia elétrica, número de cômodos, abastecimento de água e saneamento básico.

Tabela 2

Condições de moradia entre as duas populações: crianças acolhidas e crianças reinseridas à família de origem

Variáveis	Crianças (n = 52)		Crianças Reinseridas (n = 17)	
	f	%	f	%
Situação do Imóvel Antes do Acolhimento				
Próprio	17	32,7	8	47
Alugado	6	11,5	5	29,5
Cedido	4	7,7	1	5,9
NA	7	13,5	3	17,6
SI	18	34,6		

Tipo de Construção				
Alvenaria	12	23,1	4	23.5
Madeira	8	15,4	6	35.3
NA	6	11,5	1	5.9
SI	26	50	6	35.3
Energia Elétrica				
Olhão	8	15,4	6	35.3
Rua	3	5,8	1	5.9
NA	6	11,5	10	58.8
SI	35	67,3		
Número de Cômodos				
De 1 a 2	7	13,4	7	41.1
De 3 a 4	8	15,5	2	11.9
Mais de 5	2	3,8		
NA	6	11,5	1	5.9
SI	29	55,8	7	41.1
Abastecimento de Água				
Cosampa	9	17,3	6	35.3
NA	6	11,5	1	5.9
SI	37	71,2	10	58.8
Saneamento Básico				
Fossa Asséptica	2	3,8	5	5.9
Fossa Biológica	2	3,8	1	29.5
NA	6	11,5	1	5.9
SI	42	80,8	10	58.8

Nota. NA= não se aplica; SI = sem informação.

A Tabela 2 demonstra que os maiores percentuais apresentados nas duas populações pesquisadas são referentes à Sem Informação- SI, ou seja, grande parte os dados requeridos não estavam registrados nos prontuários das crianças. Este fato chama a atenção para a necessidade do comprometimento da equipe da instituição em registrar nos prontuários de maneira detalhada esse tipo de informação, tendo em vista a importância de conhecer e analisar o ambiente no qual as crianças irão se desenvolver, como aponta Corrêa (2016).

Em relação ao tipo de moradia das crianças acolhidas, o segundo maior percentual apresentou crianças que viviam com as famílias em casa própria (32,7%). No caso das crianças reinseridas, a maior parte dos familiares também possuíam casa própria (41%). No tipo de construção da casa das crianças acolhidas, a segunda variável com o maior percentual foi a alvenaria (23,1%) e das crianças reinseridas foram apresentados os mesmos percentuais para a construção do tipo madeira e outras sem informação (35,3%).

Em relação a energia elétrica, para as crianças acolhidas, o segundo maior percentual foi a variável “olhão” (15,4%) e para as crianças reinseridas a maioria estava sem informação

(58,8%). Sobre o número de cômodos das residências da população geral, o segundo maior percentual pertence a variável de 3 a 4 cômodos (15,5%), já para as crianças reinseridas à família, a maioria estava sem informação (41,1%).

O abastecimento de água é um dado que apresenta um percentual considerável sem informação nos prontuários da população geral pesquisada e das crianças reinseridas (71,2%) e (58,8%), respectivamente. Da mesma forma ocorre com a variável de saneamento básico, com percentual de (80,8%) e (58,8%) sem informação para crianças acolhidas e crianças reinseridas, respectivamente.

A situação de moradia precisa ser vista com atenção, principalmente quando se trata de crianças que foram encaminhadas para o acolhimento institucional, mas que precisam retornar para o ambiente familiar de origem. No caso das crianças que foram reinseridas, o maior percentual apresentou os familiares que possuem casa própria, o que pode ter sido um dos critérios que facilitaram o retorno da criança para o lar, por ser um paradeiro fixo e, provavelmente, com menos riscos de vivência nas ruas e constantes mudanças de ambiente (Cavalcante, 2008; Corrêa, 2016).

Estudos têm apontado que geralmente, dentre os motivos para o acolhimento está a presença de situação de vulnerabilidade social, e isso envolve condições de moradia precárias, insalubres e que não apresentam condições favoráveis para um desenvolvimento infantil saudável (Cavalcante, 2008; Corrêa, 2016). Estas informações demonstram, de maneira geral, o estilo de vida das famílias que as crianças que passaram pelo acolhimento institucional possuem, geralmente com poucas condições socioeconômicas. Outros estudos também identificaram dados semelhantes na RMB (Cavalcante, 2008; Cavalcante, Magalhães e Reis, 2014) e a nível nacional (Serrano, 2008) no que tange ao grau de vulnerabilidade das residências.

Com isso, conhecer o ambiente onde a criança vivia com a sua família antes do acolhimento, facilita o entendimento sobre a situação e história de vida real dessas famílias, além de auxiliar a equipe técnica da instituição no momento de trabalhar a reinserção familiar, trabalhando a possibilidade de as famílias conseguirem melhores condições e um ambiente digno para as suas crianças se desenvolverem. Para isso, a instituição precisa criar estratégias para pensar essa intervenção, tendo como apoio o Estado e as políticas públicas.

Apesar das informações apresentarem condições de moradia própria, a falta de registros nos prontuários faz com que não se saiba se essa é a realidade objetiva, nem conseguem demonstrar claramente se há situação de vulnerabilidade no que tange ao lar das crianças. Apesar disso, alguns estudos já realizados na RMB que consideraram as instituições de acolhimento para crianças de zero a seis anos, apontaram que existem condições de vulnerabilidade e precariedade no espaço de moradia das famílias (Cavalcante, 2008; Correa, 2016; Cavalcante et al., 2014).

Mesmo que as situações de vulnerabilidade associadas à pobreza existam no histórico do acolhimento, esse fato por si só não justifica a retirada da criança do seu âmbito familiar para ser colocada sob medida do acolhimento institucional (Cavalcante, Magalhães e Reis, 2014). Existem outras formas da Política de Assistência Social contribuir para o enfrentamento do combate à pobreza e miserabilidade sem necessariamente afastar a criança do convívio familiar.

Os programas sociais têm sido umas das principais fontes de enfrentamento à pobreza, como por exemplo, o Bolsa Família que atua no âmbito nacional e o cheque moradia, no Estado do Pará, que surgiu justamente com objetivo de promover uma moradia digna aos moradores dos municípios de todo o Estado paraense, desde que sejam considerados de vulnerabilidade social, de acordo com o Decreto Estadual Nº432 de Setembro/2008.

Processo de Acolhimento Institucional

Nesta seção, serão expostos os dados do processo de acolhimento das duas populações de crianças: reinseridas e não reinseridas à família. As variáveis analisadas foram: motivo do acolhimento, guia de acolhimento, PIA, permanência de irmãos na instituição, primeiro acolhimento e visita familiar.

Principais Motivos que Resultaram na Medida do Acolhimento

Tabela 3

Motivo do Acolhimento de crianças acolhidas e crianças reinseridas à família de origem

Variáveis	Crianças (n = 52)		Crianças Reinseridas (n = 17)	
	f	%	f	%
Abandono	20	38,5	6	35,3
Situação de Rua	10	19,2	4	26,6
Negligência Familiar	24	46,2	12	70,5
Pobreza e/ou vulnerabilidade dos pais ou responsáveis	8	15,4	4	26,6
Violência Física	2	3,8	2	11,8
Violência Sexual	6	11,5	2	11,8
Violência Psicológica	1	1,9	1	5,9
Pai, Mãe ou pais dependentes químicos	9	17,3	4	26,6
Pai, Mãe ou pais portadores de doença mental, doenças graves ou crônicas	7	13,5	1	5,9
Outros	12	23,1	2	11,8

A Tabela 3 contém os principais motivos que ocasionaram a medida do acolhimento institucional das crianças. Considera-se que foram identificados mais de um motivo para o acolhimento, ou seja, em alguns casos, um motivo esteve associado a outros. Os mais frequentes no caso da população geral de crianças acolhidas foram: negligência familiar (46,2%), abandono por parte dos pais e/ou responsáveis (38,5%), outros motivos (23,1%), situação de rua (19,2%), pai, mãe ou pais dependentes químico (17,3%) e pobreza e/ou vulnerabilidade dos pais (15,4%). No caso das crianças reinseridas à família, os maiores percentuais apontaram: negligência (70,5%) e o abandono (35,3%). Posteriormente, com

percentuais iguais aparecem a situação de rua, pobreza/ vulnerabilidade e mãe, pai ou pais dependentes químico (26,6%).

Os resultados deste estudo corroboram com o último levantamento nacional feito pelo CNMP (2013), onde foram inspecionados os serviços de acolhimento de todo país. Nesse levantamento também foram identificados a negligência e o abandono como as principais causas do afastamento da criança no âmbito familiar.

Os resultados expostos também acompanham as conclusões de outros estudos realizados em nível nacional (Fonseca, 2006; Serrano, 2008; Ferreira, 2013; Furlan & Souza, 2013; Rocha, Arpini & Savegnago, 2015) e em nível regional (Cavalcante, Magalhães & Pontes, 2007; Cavalcante, Magalhães & Reis, 2014; Corrêa, 2016) onde apresentam a negligência, o abandono, a pobreza, a situação de rua e os vícios em substâncias entorpecentes como os principais motivos da retirada das crianças do âmbito familiar.

O que se nota a partir da comparação com outros estudos é que mesmo com o passar do tempo, os principais motivos para o acolhimento institucional ainda não foram superados. É o que demonstra, inclusive, um levantamento feito a nível nacional pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (2010) e outro levantamento mais recente feito pelo CNMP (2013), que apontaram a negligência e o abandono como as principais causas do acolhimento de crianças, acompanhando a pobreza/ vulnerabilidade e situação de rua.

Observou-se através dos dados, casos em que a criança é acolhida por conta da situação de rua, presença de doença mental, dependência química ou outras doenças crônicas dos pais. A partir desta informação é possível se pensar sobre a fragilidade que a família pode apresentar para cuidar dos filhos, mas não que isso seja necessariamente uma escolha dos pais e sim, por questões que vão além do vício químico, da doença ou da pobreza, mas que podem

estar associados e motivar o afastamento da criança do convívio familiar, como esclarece (Corrêa, 2016; Rocha, Arpini, & Savegnago, 2015).

Uma das informações que precisa ser destacada é a questão da situação de pobreza e vulnerabilidade como um fator que leva a criança a ser acolhida. É recorrente alguns estudos apontarem em seus resultados esse dado como um dos principais motivos. No entanto, torna-se importante sempre estar atendo para o fato de que a situação de pobreza por si só não justifica a medida protetiva (ECA, 1990) e nem impede que ocorra a reinserção familiar das crianças acolhidas (Cavalcante, Silva & Magalhães, 2010). Alguns autores esclarecem que as condições socioeconômicas pouco favoráveis podem gerar vulnerabilidade e consequentemente situações de risco para o desenvolvimento dos sujeitos envolvidos. A partir da lógica da situação de risco em que a criança possa estar exposta é que precisa ser analisada a aplicação da medida de proteção e não apenas pelas condições materiais da família (Rocha, Arpini, & Savegnago, 2015).

Com isso, compreende-se que uma das estratégias que pode ser utilizadas no processo de reinserção familiar, por exemplo, é a inserção da família em programas sociais do governo que ofereçam subsídios materiais de geração de renda para que essas famílias possam ter minimamente condições de cuidar das suas crianças de maneira saudável (Iannelli, Gonçalves & Wenersbach, 2015; Siqueira & Dell’Aglia, 2007).

A partir dos resultados, questiona-se até que ponto as políticas e programas de assistência social da rede de proteção social básica tem conseguido alcançar essa demanda, ou se pelo menos em algum momento essas políticas foram acionadas antes que essas famílias fossem encaminhadas para o serviço de acolhimento institucional, na alta complexidade.

Sabe-se que existem diferentes tipos de serviços de atendimento à família, como o de Proteção e Atendimento Integral à Família- PAIF, na rede de proteção social básica, que trabalha no sentido de tentar manter os vínculos familiares fortalecidos, permitindo o

enfrentamento da pobreza, da fome e da desigualdade, assim como, a redução da incidência de riscos e vulnerabilidades sociais que afetam famílias e seus membros, e na tentativa de contribuir para a garantia de direitos e na melhoria da qualidade de vida dessa população, sendo um serviço de caráter protetivo. Programas de geração de renda, como o bolsa família, por exemplo, é uma alternativa que pode ser acionada nos casos da presença de vulnerabilidades em decorrência da pobreza. Este programa possui como principal objetivo garantir os mínimos sociais as famílias em situação de extrema pobreza, contribuindo para a construção da autonomia das famílias e prevenindo situações de risco. (MDS, 2010).

Existem outros serviços que podem ser acionados, como o Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, que trabalha especificamente para o cuidado, atenção integral e continuada às pessoas com problemas em decorrência do uso de álcool e outras drogas. Além disso, o CAPS realiza o acompanhamento clínico e a reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários.

Ressalta-se, portanto, que existem alternativas dentro da política de assistência que têm como objetivo o enfrentamento e a superação do risco, que se efetuadas com eficácia, podem prevenir as medidas de acolhimento institucional e, mais do que isso, prevenir o rompimento dos vínculos afetivos da criança. Nos casos em que o acolhimento já ocorreu, deve-se trabalhar no sentido de garantir que o afastamento seja provisório, como propõe o ECA (Brasil, 1990), pois é sabido que principalmente nos casos das crianças que estão nos primeiros anos de vida, quando afastadas dos cuidados parentais, podem apresentar prejuízos ao desenvolvimento, que envolvem problemas cognitivos e psicológicos graves (Bolwby, 1970).

Principais Dados do Acolhimento Institucional

Foram demonstrados nesta seção os dados referentes ao acolhimento institucional identificados nos prontuários das crianças que foram e das que não foram reinseridas à família de origem. Entre eles estão: Guia de acolhimento, Plano Individual de Atendimento, permanência de irmãos na instituição e frequência do acolhimento.

Tabela 4

Dados do acolhimento institucional das crianças acolhidas e das crianças reinseridas à família de origem

Variáveis	Crianças (n = 52)		Crianças Reinseridas (n = 17)	
	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%
Possui Guia de Acolhimento				
Sim	51	98,1	17	100
SI	1	1,9		
Possui Plano Individual de Atendimento (PIA)				
Sim	43	82,7	17	100
Não	9	17,3		
Permanência de Irmãos na Instituição				
Sim	26	50	11	64,7
Não	26	50	6	35,3
Primeiro Acolhimento				
Sim	32	61,5	10	58,8
Não	19	36,5	7	41,2
SI	1	1,9		

Nota. SI = sem informação.

As variáveis da Tabela 4 trouxeram como resultados que da população geral de crianças acolhidas, a maioria das que estavam na instituição possuíam guia de acolhimento (98,1%) e plano individual de atendimento (82,7%). A metade das crianças permaneceram com os seus grupos de irmãos na instituição (50%) e a maioria delas tinham sido acolhidas pela primeira vez (61,5%). No que tange as crianças que retornaram para a família de origem, todas possuíam guia de acolhimento e plano individual de atendimento (100%), a maioria delas tinham vivenciado o primeiro acolhimento institucional (58,8%) e possuíam irmãos

acolhidos na mesma instituição (64,7%). Os resultados deste estudo mostram as que orientações das normativas para os serviços de acolhimento estão sendo seguidas nesta instituição pesquisada, pois os altos percentuais das variáveis apresentadas comprovam este fato.

Os resultados demonstram que as orientações básicas no que diz respeito a expedição da guia de acolhimento e do PIA foram realizadas no processo institucional tanto das crianças acolhidas no geral, quanto das crianças reinseridas, como propõe as orientações técnicas. No que concerne a inserção da criança na instituição, as Orientações técnicas (Brasil, 2009) propõem que a partir do momento que a criança precisar ser acolhida na instituição deve ser expedida uma guia de acolhimento por parte do Juiz da Vara da Infância. Não estão previstas, portanto, o acolhimento de crianças sem a guia. Neste documento são registradas as informações básicas sobre a identidade da criança e da família, como endereço, cuidador de referência da família e motivo do acolhimento.

Sobre o PIA, é previsto que os técnicos da instituição devam preparar um plano para o atendimento individual de cada criança acolhida e que neste documento sejam consideradas as suas particularidades. O principal objetivo do plano é orientar o trabalho de intervenção da equipe técnica durante o período do acolhimento da criança, de acordo com o art. 101, § 4º da Lei 12.010.

O PIA é uma ferramenta indispensável no processo de reinserção familiar, pois é um documento que apresenta os objetivos, as ações a serem realizadas e as estratégias que serão traçadas pela equipe técnica da instituição de acolhimento, conselho tutelar e Vara da Infância com cada criança acolhida. O resultado final do PIA é a superação dos motivos que levaram a criança a ser afastada do convívio familiar, considerando as particularidades de cada caso atendido (Brasil, 2009). No que tange a instituição onde foram analisados os prontuários, essas práticas têm sido adotadas em grande parte dos casos.

Em relação permanência do grupo de irmãos no mesmo espaço de acolhimento, este estudo aponta resultados semelhantes a outros já realizados (Cavalcante, 2008, Siqueira & Dell’Aglío, 2010; Serrano, 2011; Lauz & Borges, 2013; Ianelli et al, 2015) onde mostram a maioria das crianças que passaram por instituições foram acolhidos conjuntamente com os seus grupos de irmãos, preservando os vínculos familiares.

No caso deste estudo, tanto as crianças que foram quanto as que não foram reinseridas à família de origem, estavam e maioria, acolhidas com seus grupos de irmãos. Os casos em que o grupo de irmãos não estão juntos, geralmente ocorreu por conta da faixa etária e/ou sexo da criança ou adolescente, que ultrapassa as condições para o atendimento na instituição.

Vale lembrar que as Orientações Técnicas (Brasil, 2009) deixa claro sobre a importância da manutenção dos vínculos afetivos entre os membros da família que ainda possuem a possibilidade de se manterem em convivência, no caso os irmãos. As normativas apontam ainda que fortalecer os vínculos fraternos dentro da instituição pode contribuir para a formação da identidade das crianças, além de preservar aspectos da história de vida e da referência familiar.

Por isso, os serviços de acolhimento precisam estar organizados no sentido de possibilitar o atendimento conjunto a grupo de irmãos. Atividades básicas de interação como brincar, dormir, se alimentar e trocar experiências precisam ser cada vez mais incentivadas pelos educadores e equipe técnica das instituições (Corrêa, 2016).

No que diz respeito aos dados sobre o primeiro acolhimento, por se tratarem de crianças pequenas, é esperado que a maioria dos casos sejam de primeiro acolhimento, como aponta também o estudo de Corrêa (2016), que identificou um percentual de 71,1% de crianças que estavam no primeiro acolhimento. Destaca-se neste estudo a presença de alguns casos de crianças que precisaram ser transferidas de uma instituição de zero a seis anos, onde estavam acolhidas, para a instituição atual onde foi realizado este estudo, por conta do

processo de municipalização e reordenamento dos serviços de acolhimento que ocorreu em Belém/Pa.

Visita Familiar

Na seção sobre visita familiar foram identificados quais são os membros do núcleo familiar e da família extensa que mais visitaram as crianças durante o acolhimento. Adicionalmente, incluiu-se os membros da comunidade, já que a convivência comunitária corresponde a um dos direitos básicos da criança (Brasil,1990). Os dados abaixo apresentam os resultados das duas populações: crianças acolhidas e crianças reinseridas à família de origem.

Tabela 5

Ocorrência da visita familiar nas duas populações: crianças acolhidas e crianças reinseridas

Variáveis	Crianças (n = 52)		Crianças Reinseridas (n = 17)	
	f	%	f	%
Mãe				
Sim	25	48,1	13	76,5
Não	21	40,4	3	17,6
NA	1	1,9	1	5,9
SI	5	9,6		
Pai				
Sim	14	26,9	9	53
Não	31	59,6	6	35,2
NA	3	5,8	1	5,9
SI	4	7,7	1	5,9
Irmãos				
Sim	9	17,3	6	35,2
Não	13	25	4	23,5
NA	27	51,9	7	41,3
SI	3	5,8		
Avós				
Sim	15	28,8	7	41,2
Não	27	51,9	7	41,2
NA	8	15,4	3	17,6
SI	2	3,9		
Outros Parentes				
Sim	12	23,1	4	23,5
Não	25	48,1	9	53
NA	12	23,1	4	23,5

SI	3	5,7		
Comunidade				
Sim	7	13,5	1	5,9
Não	35	67,3	16	94,1
NA	7	13,5		
SI	3	5,7		
Recebe Visita				
Sim	42	80,8	16	94,1
Não	5	9,6		
SI	5	9,6	1	5,9
Frequência da Visita				
Mais de Duas Vezes na Semana	17	32,6	10	58,8
Semanal	13	25	6	35,3
SI	17	32,6	1	5,9
NA	5	9,8		

Nota. NA= não se aplica; SI = sem informação.

Os dados da tabela 5 demonstram que da população de crianças que foram acolhidas 48,1% das mães visitam os seus filhos. Em relação aos pais 59,6% não visitam os filhos. Sobre os irmãos, 51,9% dos casos não se aplica. O percentual de avós apontou que 51,9% não visitam os netos. No que se refere a outros parentes 48,1% não visitam a criança. Sobre a comunidade, os dados apontaram que 67,3% não vão à instituição visitar a criança. Porém, de maneira geral, 80,8% das crianças recebiam visita de pelo menos uma pessoa da família. A frequência da visita apresentou percentuais iguais de 32,6% para “mais de duas vezes na semana” e “sem informação”. A partir disso, pode-se observar um percentual considerável no que tange a ausência de visita familiar desta população.

Em relação às crianças que foram reinseridas à família de origem, os percentuais apontaram que sobre as mães, 76,5% visitavam os filhos, sobre os pais, 53% também visitavam as crianças. Referente aos irmãos, em 41% dos casos a visita não se aplica, por eles também estarem acolhidos na mesma instituição. No que tange aos avós, foi identificado o mesmo percentual de 41,2% para visitam e não visitam os netos. Além disso, outros parentes também não visitam 53% e sobre a comunidade, 94,1% também não visita as crianças. Do total de crianças que foram reinseridas ao lar familiar, 94,1% recebiam visita, e com frequência de mais de duas vezes na semana, com o percentual de 58,8%.

Dentre os membros da família os dados apontaram a mãe como a principal visitante da criança nas duas populações. Este resultado corrobora com o estudo de Rufino e Silva (2015) que realizou sua pesquisa em uma instituição para crianças e zero a seis anos e também identificou a mãe como a pessoa que mais visitava a criança, seguido do pai e avós. No entanto, é visível ainda neste estudo o alto índice de crianças que não recebiam visita na instituição.

Um dos fatores a ser considerado para análise dos dados é a questão da distância que muitos pais, avós ou outros parentes precisam enfrentar para sair da sua residência até chegar na instituição. Em alguns casos, a criança é acolhida fora do seu município por conta da ausência de espaços de acolhimento, e por isso, acabam sendo atendidas no município vizinho. Isso dificulta o deslocamento, principalmente das famílias mais carentes, pois eles necessitam de recursos para arcar com as despesas do transporte, considerando que grande parte das famílias e suas crianças que vivenciam a medida do acolhimento são desprovidas de bens materiais e financeiros (Gobbo & Arcaro, 2013).

Alguns autores enfatizam em seu estudo que quando a criança é acolhida em municípios distante do lar de origem, a possibilidade de não ocorrerem visitas e dos vínculos familiares se fragilizarem ou romperem são ainda maiores, e a consequência disso é a probabilidade da ocorrência de reinserção familiar mal-sucedidas, ou simplesmente a reinserção nem chegar a ser efetivada (Gobbo & Arcaro, 2013).

Estudos realizados anteriormente em instituições de acolhimento (Brito, 2010; Gobbo & Arcaro, 2013, Siqueira et al., 2010) observaram também fragilidades na ocorrência da visita. A falta do estímulo para a interação entre os membros e a ausência do acompanhamento da equipe técnica no momento da visita podem ser um dos principais fatores que dificultam a ocorrência e a qualidade dessa visita, o que pode prejudicar também o fortalecimento dos vínculos afetivos e a reinserção familiar das crianças.

Outros fatores que precisam ser considerados nestes resultados são referentes aos registros feitos nos prontuários das crianças deste estudo. As informações não retratavam fundamentalmente a qualidade da visita realizada, ou seja, como se dava a relação entre o familiar e a criança, como era a receptividade da criança no momento do encontro, de que forma era realizada essa interação, em qual ambiente era realizado e se havia acompanhamento da equipe técnica ou não.

Além da ausência dessas informações, não é possível saber se havia a presença de algum técnico para o acompanhamento e observação no momento da visita familiar. Espera-se que as equipes técnicas das instituições possam dar mais visibilidade para o momento da visita familiar, adotando práticas mais comprometidas não só com a observação e intervenção no momento da visita, mas também no compromisso com os registros dessas informações nos prontuários das crianças. Assim, além de proporcionar um melhor arcabouço para o trabalho de reinserção familiar, poderá ser possível realizar estudos mais qualitativos sobre a visita como estratégia para o fortalecimento dos vínculos familiares e consequentemente para o retorno da criança para o lar familiar.

Estes dados são considerados de grande importância no momento de discutir a questão dos vínculos afetivos entre a criança e sua família, e até mesmo de proporcionar uma melhor interação entre ambos. Alguns estudiosos (Brito, Rosa & Trindade, 2014; Lopéz, Dell Vale, Montserrat & Bravo, 2012) consideram que é no momento da visita que existe a possibilidade dos vínculos familiares se fortalecerem e se restabelecerem, sendo a visita um instrumento que favorece o processo de reinserção familiar, como esclarece também as orientações técnicas (Brasil, 2009).

Conclui-se, ao final da análise destes dados, que é importante destacar que as variáveis apresentadas sobre o processo de acolhimento, incluindo a visita familiar, podem ser consideradas estratégias que fortalecem os vínculos familiares e consequentemente favorecem

a reinserção familiar das crianças. Com isso, ao longo da pesquisa será possível observar se elas estão sendo positivas para a reinserção familiar bem-sucedida.

Reinserção Familiar de Crianças Acolhidas em uma Instituição de Zero a Seis Anos: Perfil dos Familiares e as Estratégias Para a Reinserção

A discussão dos dados que serão expostos é referente ao perfil biosociodemográfico dos familiares de 17 crianças que foram desligadas da instituição por motivo de reinserção na família de origem. Todas as famílias apresentadas possuem a guarda das crianças. Os dados foram coletados dos prontuários de cada criança. Consideraram-se as informações dos acolhidos de junho de 2015 a julho de 2016. As análises foram divididas pelos seguintes eixos: perfil biosociodemográfico das famílias, Processo de desligamento das crianças, com quem viviam antes e depois do acolhimento e o tipo de família, intervenções realizadas pela equipe técnica antes e após o desligamento da instituição e reincidência.

Dados do Perfil Biosociodemográfico das Famílias das Crianças

Os dados que serão apresentados a seguir, diz respeito as informações do perfil biosociodemográficos das famílias que receberam a guarda das crianças no processo de reinserção familiar e que, portanto, assumiram o cuidado das mesmas. Com isso, as variáveis analisadas foram: idade, cor, religião estado civil, escolaridade, cidade de origem, profissão e renda.

A mãe

No presente estudo foi identificado que apenas uma mãe recebeu a guarda dos filhos no processo de reinserção familiar. Sendo três crianças (grupo de irmãos) que estiveram

acolhidas na instituição, ou seja, das 17 crianças reinseridas, três retornaram para o convívio apenas com a mãe e estes se tratavam da mesma família. Abaixo serão apresentados caracterização da genitora.

Tabela 6
Perfil Biosociodemográfico da Mãe (N=1)

Variáveis	Descrição
Idade	40
Cor	SI
Religião	SI
Estado Civil	Separada
Escolaridade	SI
Cidade de Origem	Salvador
Profissão/Atividade	NA
Renda Mensal	NA

Nota. NA = não se aplica; SI = sem informação.

Os dados da Tabela 6 apresentam o perfil biosociodemográfico da mãe que recebeu a guarda dos seus filhos no processo de reinserção familiar. No que se refere à idade, esta mãe possuía 40 anos. Não foi possível identificar a questão da cor, escolaridade e religião, pois essas informações não constavam no prontuário das crianças. Porém, constava a informação de que esta mãe é separada e que sua cidade natal é Salvador/ Bahia. Em relação à profissão/ atividade, os registros mostraram que a mãe não possuía uma ocupação e nem renda fixa até o momento do desligamento das crianças.

A partir dos dados apresentados, percebe-se que a mãe possui uma idade considerada mais madura e, possivelmente com mais experiências de vida, o que pode ter sido um dos facilitadores da reinserção. O estudo realizado por Serrano (2008), também identificou que na

maioria dos casos, as mães que assumem os cuidados dos filhos estão na faixa etária entre 31 a 40 anos. Outro ponto importante é a questão de a mãe assumir sozinha o cuidado dos filhos, caracterizando-se a chamada família monoparental. Estudos têm apontado que é cada vez mais comum esse tipo de configuração familiar, e isso toma força a partir do século XXI, quando se torna mais frequente a inserção da mulher no mercado de trabalho e no processo de profissionalização, o que resulta também na diminuição da reprodução da prole e dos relacionamentos mais estáveis (Fleck & Wagner, 2003; Sarti, 2008).

Tomando como referência a mãe pesquisada no presente estudo, é inviável descrever o seu grau de escolaridade ou profissionalização, pois estes dados estão invisíveis nos prontuários. Portanto, não é possível saber se o grau de instrução da mãe pode ter sido um fator positivo para a obtenção da guarda dos filhos.

Os dados demonstram que esta mãe não possui uma profissão ou atividade que possa realizar para obter o sustento próprio e dos filhos. Vale ressaltar que a genitora pesquisada estava morando fora da cidade de origem. Segundo informações registradas nos prontuários, a mesma teria se deslocado até Belém a procura de melhores condições de vida e de oportunidade, porém, a busca não foi bem-sucedida. Posteriormente, com apoio da equipe técnica da instituição e da avó materna das crianças, a mãe conseguiu voltar para Salvador com a família.

Diante disso, todos esses fatores precisam ser levados em consideração quando apontados a ausência de renda familiar e, principalmente, de condições pouco favoráveis para o cuidado saudável dos filhos, o que pode gerar vulnerabilidade e risco social. Todos esses fatores, quando associados, tendem a gerar possibilidades para o acolhimento institucional (Silva, 2012; Rocha, Arpini, & Savegnago, 2015).

O pai

Diante do levantamento feito no presente estudo, foi possível observar que são raros a presença de informações dos pais registradas nos prontuários das crianças e mais raro ainda os casos em que o desligamento da criança é feita para o genitor. Das 17 crianças investigadas, apenas uma foi reinserida para o pai. As demais crianças retornaram para a mãe e família extensa. Abaixo serão apresentadas as características biosociodemograficas deste pai.

Tabela 7
Perfil Biosociodemográfico do Pai (N=1)

Variáveis	Descrição
Idade	44
Cor	SI
Religião	SI
Estado Civil	União Estável
Escolaridade	Nunca Coursou
Cidade de Origem	Belém
Profissão/ Atividade	Servente de Pedreiro
Renda Mensal	SI

A Tabela 7 expõe os dados biosociodemográficos do pai que recebeu a guarda do filho no processo de reinserção familiar. Em relação a idade, o pai possuía 44 anos, apresentava união estável, nunca frequentou a escola e sua cidade de origem é Belém. Como profissão/ atividade exerce a função de servente de pedreiro. Não foi possível expor os dados referentes a cor, religião e renda, pois essas informações não constavam no prontuário da criança.

Existe a importância de ressaltar que as informações referentes aos pais, considerando o número total de prontuários analisados nesta pesquisa, são pouco visíveis, até porque o número de crianças que possuem o reconhecimento da paternidade no registro civil é baixo. Porém, esta não é uma fragilidade notada apenas nos prontuários analisados por este estudo.

Outros estudos já realizados (Mariano, 2004; Serrano, 2008; Silva, 2012; Cavalcante et., al, 2014; Corrêa, 2016) apontam as mesmas fragilidades no que diz respeito a ausência de informações básicas dos pais nos prontuários das crianças.

No caso do pai pesquisado neste estudo, observou-se que assim como a mãe, ele se encontra em uma faixa etária mais madura. O estudo de Silva (2012) aponta resultados um pouco semelhantes a este, onde a idade dos pais que receberam os filhos pela reinserção estava acima dos 30 anos.

Com isso, uma das questões que podem ser levantadas é: Será que quanto mais maduros os pais se encontram, mais aumenta a probabilidade de conseguirem voltar a assumir a responsabilidade do cuidado dos filhos que estão acolhidos? Será que com os pais mais novos essa probabilidade diminui? Por que isso acontece? Quais fatores contribuem com a idade? Os resultados deste estudo não conseguem responder a essa questão por conta do número reduzido de familiares apresentados, porém é uma direção que precisa ser investigada.

Outras questões que foram possíveis ser analisadas é que o pai pesquisado possui uma união estável e existe a informação de que ele exerce uma atividade profissional, mas não é apontado a presença de renda fixa e se essa renda contribui satisfatoriamente para o sustento próprio e da família. Também não é possível saber se a companheira/ esposa soma financeiramente com o sustento da casa. No entanto, não se pode descartar a hipótese de que a presença da atividade profissional do pai possa ter facilitado na retomada do cuidado com o filho, considerando que ainda é uma realidade nacional o acolhimento motivado pela existência de carência material, vulnerabilidade e conseqüentemente, situações que geram o risco social e pessoal, como aponta o levantamento nacional feito pelo CNMP (Brasil. 2013). A superação dessa realidade, portanto, pode ser considerado um fator protetivo para a reinserção familiar (Rocha, Arpini, & Savegnago, 2015).

A Família Extensa

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) enfatiza que as crianças que estão em acolhimento institucional devem ser reinseridas prioritariamente na família de origem e em último caso em família substituta. Nas situações em que não for possível o retorno da criança para os pais, deve-se verificar a possibilidade da família extensa assumir o cuidado.

É importante, com isso, conhecer quem são esses familiares que cuidam dessas crianças e quais as características biosociodemográficas deles. Das 17 crianças reinseridas à família de origem, 13 delas foram desligadas para a família extensa, constituída por avós materna, avó paterna, tia avó materna, tias maternas, tias paternas e tio materno. Vejamos abaixo os dados referente ao perfil da família extensa.

Tabela 8
Perfil Biosociodemografico de outros familiares (N=13)

Variáveis	Frequência	%
Cor		
SI	13	100
Idade		
Faixa etária entre 32 a 60 anos	13	100
Religião		
SI	13	100
Escolaridade		
SI	13	100
Cidade de Origem		100
Belém	13	100
Estado Civil		
Casado	2	15.5
Divorciado	1	7.6
União Estável	1	7.6
Viúvo	2	15.5
Solteiro	1	7.6
SI	6	46.2
Profissão		
Autônoma	1	7.6
Costureira e cuidadora de idosos	2	15.5
Diarista	1	7.6
Pedreiro	1	7.6
Vendedor de roupa	2	15.5
SI	4	30.7
NA	2	15.5
Renda Mensal		
1/2 salário a 1 salário mínimo	6	46.1
NA	4	30.7
SI	3	23.2

Nota. NA = não se aplica; SI = sem informação.

Na Tabela 8 identificou-se que as informações referentes à cor, religião e escolaridade não contavam nos registros dos prontuários das crianças, portanto, não é possível associar essas variáveis à condição para reinserção familiar. No que tange a cidade de origem, todos os familiares são belenenses e possuem a faixa etária entre 32 a 60 anos. Em relação ao estado civil, os dados mostram dois percentuais iguais (15,5%) para os familiares casados e viúvos, porém o maior percentual do estado civil (46,2%) está sem informação. Sobre a habitação a

maioria dos familiares (53,8%) possuem residência própria. No que se refere a profissão/atividade grande parte (30,7%) não possuía registro nos prontuários e as outras atividades mais citadas foram costureira, cuidadora de idosos e vendedor de roupa (15,5%). Sobre a renda mensal dos familiares, a maioria apresentou que possui renda entre 1/2 a 1 salário mínimo (46,1%).

De maneira geral, assim como nas informações referente aos pais, nos dados da família extensa também existe uma considerável falta de informação, mesmo sendo as famílias para as quais as crianças retornaram após o acolhimento institucional, o que corrobora com o estudo de Silva (2012). Além disso, assim como nos casos da mãe e do pai, os familiares que receberam as crianças também são pessoas que estão na fase mais madura do ciclo vital. Considera-se que nesse caso existe a presença das avós e tia-avó que participaram do processo de reinserção familiar. Não se pode afirmar que a presença ou ausência de companheiro (a) pode ter sido um facilitador para a reinserção familiar da criança, pois houve casos em que tanto os familiares casados quanto os viúvos foram protagonistas na reinserção.

Outro fator observado foi que grande parte dos familiares possuíam alguma profissão ou exerciam uma atividade que complementasse a renda familiar. Em alguns casos em que aparece a variável “Não se Aplica” estão associados aos avós aposentados ou que recebem algum tipo de benefício do governo, o que de alguma forma contribui para o sustento da família.

A partir da leitura dos dados, foi possível notar que de maneira geral, as famílias que receberam as crianças no processo de reinserção familiar são pessoas economicamente simples, que apresentam o mínimo de condições sociais e financeiras para sobreviver, porém que servem como fontes de acesso importantíssimos para que os vínculos familiares das crianças acolhidas não se rompam totalmente. Mesmo quando os pais não possuem condições

suficientes para criar seus filhos, ainda existem componentes que fazem parte da família das crianças, sejam os avós, tios, os irmãos mais velhos, entre outros, que apesar de algumas situações de carência material, conseguem dar o suporte para as suas crianças, sem que elas precisem ser encaminhadas para adoção, como é sugerido que funcione (Brasil, 1990).

Processo de Desligamento das Crianças Reinseridas à Família de Origem

Nesta sessão serão apresentados os principais dados a respeito do processo de desligamento institucional das 17 crianças que retornaram para o convívio com a família de origem. Serão expostos os dados do motivo do desligamento, com quem a criança vivia antes e para quem a criança foi desligada, tempo de permanência na instituição, guia de desligamento e intervenções realizadas pela equipe técnica durante o acolhimento e após a reinserção familiar.

Características da Concretização do Processo de Reinserção Familiar

De acordo com as orientações técnicas (Brasil, 2009) e com o ECA (Brasil, 1990), todos os esforços devem ser mantidos para que ocorra o convívio da criança com a sua família de origem, seja nuclear ou extensa, com o intuito de garantir que o acolhimento institucional seja uma medida provisória e excepcional, considerando que esse afastamento pode acarretar prejuízos ao desenvolvimento. Deve-se, portanto, garantir sempre o que for de melhor interesse para a criança.

Quando superadas as situações de risco e vulnerabilidade, a família poderá assumir novamente os cuidados com suas crianças. Além disso, as normativas também determinam que o trabalho de reinserção familiar deve ser iniciado no momento da entrada da criança na

instituição e perdure mesmo após a saída da criança da instituição, para que ocorra um melhor acompanhamento dessas famílias no pós- desligamento (Brasil 2009).

Tabela 9
Organização familiar das Crianças Reinseridas Antes do Acolhimento (N=17)

Variáveis	Frequência	%
Arranjo Familiar Antes do Acolhimento		
Nuclear	6	35.3
Reconstituída	3	17.6
Monoparental	1	5.9
Extensa	6	35.3
Sem Convívio	1	5.9
Quem Cuidava da Criança Antes do Acolhimento		
Mãe e Pai	6	35.3
Mãe e Padrastrô	3	17.6
Apenas com a Mãe	1	5.9
Mãe e Outros Familiares	5	29.5
Avós maternos	1	5.9
Sem Convívio Familiar	1	5.9

Os dados da tabela 9 apontam que antes de ser acolhida na instituição, a maior parte das crianças viviam com a família nuclear (35,3%) e com a família extensa (35,3%). Os principais cuidadores eram em conjunto a mãe e o pai (35,3%) e a mãe com outros familiares (29,5%).

Este resultado se diferencia de alguns estudos (Abaid, Dell’Aglío & Koller, 2010; Correia, 2016; Fukuda et al, 2013; Silva, 2012) que identificaram a predominância do tipo de família monoparental com chefia feminina nas quais as crianças viviam antes de serem acolhidas. Isso porque, atualmente se tornou menos comum a configuração familiar nuclear. De acordo com Ribeiro e Esteves (2016) a família nuclear tem se tornado menos visível na sociedade e tem sofrido alterações ao longo do tempo devido as mudanças econômicas, políticas e sociais que ocorrem na sociedade, principalmente a partir da revolução industrial e da inserção da mulher no mercado de trabalho. Por outro lado, outros autores afirmam que a

família formada pelo pai e pela mãe é o que predomina ainda hoje na sociedade (Oliveira, 2009).

Em relação a quem era o cuidador da criança antes do acolhimento, constatou-se que praticamente em todos os casos, havia a presença da mãe convivendo com a criança seja sozinha ou compartilhando a criação com outra pessoa da família. Os familiares que geralmente participam dessa relação são os avós e tios. A presença da família extensa, principalmente das avós na criação dos netos é uma realidade identificada constantemente em estudos nacionais (Mainetti1 & Wanderbroocke, 2013). Nesse sentido, a família extensa, em geral, merece destaque como rede de apoio social e afetivo que contribui positivamente para a criação das crianças (Corrêa, 2016).

Tabela 10

Organização familiar das crianças reinseridas após o acolhimento (N=17)

Organização Familiar	Frequência	%
Arranjo Familiar Após o Desligamento		
Monoparental	4	23.6
Extensa	13	76.4
Para Quem a Criança Foi Desligada		
Mãe	3	17.6
Pai	1	5.9
Avós	8	47
Tia/ Tio Materno e Paterno	5	29.5

Os dados da Tabela 10 referentes à estrutura familiar da criança após o acolhimento institucional aponta que a família extensa foi a que mais predominou entre os arranjos familiares (76,4%), o outro tipo de família destacada foi a monoparental (23,6%) chefiada pela mãe. Em relação à “para quem a criança foi desligada”, prevaleceram as avós (41,1%) e o segundo maior percentual apontou a mãe (17,6%) como principal responsável da criança.

Observando os dados, percebe-se que a maioria das crianças, que antes do acolhimento eram cuidadas pela família nuclear, passam a ter apenas as mães ou as avós como cuidadoras

principais. Destaca-se nesse caso que há uma prevalência de mulheres como responsáveis pela criação das crianças. Os mesmos resultados desta tabela foram encontrados nos estudos de Correia (2016) que apontou a prevalência da referência feminina na criação de crianças que passam por instituições de acolhimento na RMB.

Destaca-se que nenhuma criança retornou para a família nuclear, considerando que eram a maioria antes de serem acolhidas. Porém, existe a presença da família extensa nos dois momentos, tanto antes quanto após o acolhimento. Isso demonstra o alto suporte social da família extensa no processo de desenvolvimento das crianças, principalmente vindo das avós, pois, o maior número de crianças que saíram da instituição foram desligadas para elas. Estudiosos (Mainetti¹ & Wanderbroocke, 2013; Vitale, 2008) esclarecem que o papel das avós como cuidadoras na vida dos netos tem sido um fator de protetivo, no sentido de prestar os cuidados necessários na ausência ou impossibilidade de os pais exercerem essa função ou até mesmo nos casos da monoparentalidade.

Um estudo qualitativo realizado com dez avós com idade entre 52 a 72 anos em uma escola municipal em Curitiba, apontou que quando questionadas sobre o significado de ser avó, a maioria delas responderam que “ser avó é a mesma coisa que ser mãe, é sentir pelos netos o mesmo amor que sentem pelos filhos, as vezes em dobro”. O estudo apontou também que as avós já desempenhavam o papel de cuidadora antes mesmo de assumirem a guarda da criança, e que os motivos estavam relacionados à ausência dos pais por questão de trabalho, separação, problemas com drogas, doenças físicas ou mentais (Mainetti¹ & Wanderbroocke, 2013).

Outro estudo realizado por Rufino e Silva, Magalhães e Cavalcante (2014) onde foram analisadas as interações entre avós e netos durante a visita na instituição, demonstrou que a maioria dos avós interagia de maneira afetuosa com o neto, o que pode ser considerado um aspecto positivo para o processo de reinserção familiar. Os resultados apontaram, portanto,

que o trabalho com as avós deve assumir uma grande importância quando se pensa nas estratégias para essa reinserção.

A partir do exposto é possível compreender os motivos de grande parte das crianças que estão em acolhimento serem posteriormente desligadas para as avós. A literatura tem apontado que dentro da família extensa, elas são referência para as crianças ou adolescentes (Mainetti¹ & Wanderbroocke, 2013; Rufino e Silva, Magalhães & Cavalcante, 2014; Vitale, 2008).

Outro dado que precisa ser destacado é o aumento de famílias monoparentais chefiadas pelas mães, que sustentam e cuidam sozinhas dos seus filhos. A literatura tem mostrado que essa é uma realidade que acompanha as mudanças sociais da contemporaneidade. O aumento do número de divórcios, a diminuição da frequência de casamentos e a inserção da mulher no mercado de trabalho estão entre os principais motivos deste arranjo familiar ter crescido consideravelmente na sociedade (Correia, 2016; Oliveira, 2009 & Sarti, 2008).

Diante do exposto, entende-se que é cada vez mais necessário que os vínculos familiares e afetivos sejam fortalecidos dentro do processo de acolhimento como estratégias para a reinserção familiar da criança no âmbito da família de origem, seja na família natural ou extensa, sendo colocado em família substituta apenas quando esgotadas todas as possibilidades existentes para a convivência no seu ambiente de origem (Brasil, 1990).

Estratégias de Intervenção Utilizadas pela Equipe Técnica Durante e Após o Acolhimento Institucional

Tabela 11

Estratégias Realizadas Com a Família Durante e Após a Reinserção Familiar (N=17)

Variáveis	Frequência	%
Estratégias Realizadas Com a Família Durante o Acolhimento		
Visitas domiciliares à família de origem	6	35.3
Visitas domiciliares à família extensa	5	29.4
Inclusão em programas de acompanhamento familiar	12	70.5
Inclusão em programas de auxílio financeiro	7	41.1
Encaminhamento para atendimento psicológico	3	17.6
Encaminhamento para tratamento de drogadição	2	11.8
Encaminhamento para o Conselho Tutelar, atendimento médico e Centro POP	8	41
Estratégias Realizadas Com a Família Após a Reinserção Familiar		
Tratamento de alcoolismo	2	11.8
Tratamento de drogadição	1	5.9
Atendimento psiquiátrico	1	5.9
Atendimento psicológico	3	17.6
Visita domiciliar	9	52.9
Encaminhamento para o CRAS, CREAS, creche, escola e atendimento médico	11	64.6

A Tabela 11 mostra uma série de estratégias de intervenção que foram realizadas pela equipe técnica com as famílias para as quais as crianças foram reinseridas. Em relação as estratégias realizadas antes do desligamento, encontra-se que 70,5% das famílias foram encaminhadas para programas de acompanhamento familiar, 41,1% foram incluídas em programas de auxílio financeiro, 35,3% das famílias do tipo nuclear receberam visitas domiciliares, 29,4% das famílias do tipo extensa receberam visitas domiciliares e 47% foram encaminhadas para outros serviços e programas como atendimento médico, conselho tutelar e Centro POP.

Em relação às estratégias utilizadas pela equipe técnica após a reinserção familiar, os dados apresentam que 52,9% receberam visita domiciliar, 17,6% foram encaminhados para acompanhamento psicológico, 64,6% receberam outros tipos de acompanhamento e

encaminhamento como CRAS, CREAS, atendimento médico e inclusão das crianças em creche e escola.

Diante da exposição dos dados, é possível visualizar aspectos positivos no que se refere ao trabalho da equipe técnica da instituição. Foi observado que durante o acolhimento foram utilizadas diferentes estratégias de intervenção com a família, de acordo com a necessidade de cada uma. Essas intervenções são fundamentais para que o processo de reinserção possa ser bem-sucedida. E mais do que isso, é sabido que o acompanhamento pós-desligamento é fundamental para que a criança não retorne novamente para a instituição, como expõe o estudo de Farmer e Wijedasa (2012) que identificaram a assistência à família e o acompanhamento e apoio pós-desligamento como pontos cruciais para o sucesso na reinserção.

Em outros estudos (Siqueira & Dell’Aglio, 2007; Brito, Rosa & Trindade, 2014) também foram ressaltados como os principais facilitadores a orientação e acompanhamento das famílias, realizados através de visitas domiciliares frequentes, a fim de investigar a situação física e econômica, como também a motivação, os sentimentos e os medos relacionados ao retorno da criança, além da inclusão da família em programas de geração de renda para que tenham condições de suprir as suas necessidades básicas, e nos casos em que existisse a necessidade, que o familiar fosse encaminhado para tratamento de drogadição, acompanhamento psiquiátrico ou psicológico (Iannelli, Gonçalves & Wenersbach, 2015).

A partir dos resultados do presente estudo e do que está sendo exposto pela literatura, fica entendido que nos casos em que há a possibilidade da criança retornar para a família de origem, tem sido dispensado todo um esforço da equipe técnica da instituição em promover e manter o acompanhamento com as famílias mesmo após a reinserção familiar, como propõe a lei 12.010 (Brasil, 2009) e a lei 8069 (Brasil, 1990), que trata do atendimento que vise a reinserção familiar e provisoriedade do acolhimento.

Desligamento da Instituição

Nesta seção, estão presentes informações relacionadas aos dados do desligamento das crianças reinseridas à família de origem. Foram considerados as informações sobre a idade que a criança tinha quando foi reinserida à família, o tempo de acolhimento em dias, guia de desligamento, motivo, procedência do desligamento e reincidência.

Tabela 12
Desligamento da instituição (N=17)

Variáveis	Frequência	%
Idade do Desligamento (em Anos)		
0 - 2 a	6	35.3
2 - 4 a	3	17.6
4 - 6 a	3	17.6
Acima de 6 a	5	29.5
Tempo de Acolhimento (Em Dias)		
<= 119	6	35.3
120 a 209	9	52.9
210 a 729	2	11.8
Possui Guia De Desligamento		
Sim	17	100
Motivo Do Desligamento		
Reinserção Familiar	17	100
Procedência Do Desligamento		
Poder Judiciário	17	100
Houve Reacolhimento		
Sim	3	17.6
Não	14	82.4

Os dados da Tabela 12 demonstram que 35,3% das crianças estavam entre 0 a 2 anos de idade quando foram desligadas da instituição. Em relação ao tempo de permanência, 52,9% passaram entre 120 a 209 dia acolhidos, 100% das crianças possuíam guia de desligamento, 100% foram desligadas por motivo de reinserção familiar e 100% foram

desligadas por decisão do Poder Judiciário. 82,4% não retornaram para a instituição após a reinserção familiar.

Os resultados apontam que as crianças que são mais facilmente reinseridas à família estão entre os bebês e crianças menores. Em relação a isso, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ tem mostrado que existe uma maior disponibilidade das famílias e dos pretendentes à adoção para assumirem os cuidados com crianças que estão nos três primeiros anos de vida, e isso pode acarretar a permanência mais prolongada dos acolhidos de outras faixas etárias. Sabe-se que em diferentes casos, quanto mais tempo as crianças passam acolhidas e separadas das suas famílias, mais prejuízos podem vir a ocorrer ao seu desenvolvimento (Bowlby, 1997).

Em concordância com os argumentos de Siqueira (2012) o retorno para o lar familiar deve ser feito tão logo, independentemente da idade da criança, respeitando os critérios de provisoriedade da medida de proteção. No caso do presente estudo, o tempo de permanência das crianças na instituição foram respeitados, como estabelece as Orientações técnicas (Brasil, 2009), pois um percentual significativo de crianças ficou menos de um ano acolhidos, o que está de acordo com os critérios de provisoriedade da medida.

Com relação a guia de desligamento, os dados demonstraram que todas as crianças possuíam guia, sendo este um documento considerado importantíssimo para a concretização do desligamento da criança. As normativas (Brasil, 2009) enfatizam que este documento é de cunho obrigatório e que deve constar no prontuário da criança. No entanto, deve ser lembrado que a expedição não depende apenas dos técnicos da instituição, pois ela deve ser encaminhada pela Vara da Infância. A partir disso, as instituições de acolhimento precisam manusear e resguardar este documento com as suas informações nos prontuários de cada criança.

Como era esperado em relação a esta população, todos foram desligados por motivos de reinserção familiar com procedência do Poder Judiciário. No que tange ao retorno da criança para a instituição após a reinserção, este estudo apontou que a maioria dos casos de reinserção foram bem-sucedidas. Porém, em três dos casos houve o retorno das crianças para o acolhimento. De acordo com as informações contidas nos prontuários, uma das crianças teria retornado para a prática de mendicância com a mãe, sendo que ela estava sobre a responsabilidade legal do pai, porém este não assumiu os cuidados necessários como foi determinado judicialmente. Os outros casos, eram de dois irmãos que estavam sob a responsabilidade da avó materna, no entanto, as crianças foram encontradas com terceiros, ou seja, a avó não estava tomando para si a responsabilidade de cuidar dos netos.

A partir do foi exposto, é necessário problematizar o que poderia ter falhado no processo de reinserção dessas três crianças. Existe a possibilidade de alguma informação importante não ter sido detectada durante o processo de reinserção. As intervenções realizadas com essas famílias também podem ter falhado durante o processo ou não foram suficientes para que ocorresse uma reinserção bem-sucedida. Além disso, é necessário investigar se as famílias estavam preparadas realmente para receber a crianças de volta ou se queriam recebê-las. Uma das questões que deve ser discutida a partir do reacolhimento dessas crianças é o fato de elas precisarem romper novamente o vínculo familiar e terem que se afastar mais uma vez da convivência familiar, ou seja, é serem vitimadas novamente com o rompimento desse vínculo.

Estudiosos como Fukuda et al. (2013) esclarecem que nos casos em que ocorrem múltiplos acolhimentos da criança, pressupõe-se que as tentativas de reinserção familiar foram mal-sucedidas. Considera-se que, quando uma criança retorna para convivência familiar e volta a ser acolhido, independentemente do motivo do novo acolhimento, tal fato representa uma falha no processo de reinserção familiar. Os autores entendem ainda que em

situações como essa, o Estado não conseguiu promover a emancipação social da família, o que envolve apoio material e psicológico às crianças e aos familiares no processo de reinserção familiar. Portanto, caso o trabalho de reinserção seja feito novamente, todos os fatores que envolve o desde o motivo do acolhimento até as estratégias que serão utilizadas pela equipe técnica precisam ser revisadas e observadas com cautela.

Considerações Finais

Este estudo objetivou investigar o processo de reinserção familiar de crianças de zero a sete anos que estiveram acolhidas em uma instituição no município de Belém/PA, no período de junho de 2015 a julho de 2016, assim como descrever o perfil biosociodemográfico das crianças acolhidas nesse período e descrever o perfil biosociodemográfico dos seus familiares, identificando, além disso, as estratégias utilizadas pela instituição para o trabalho de reinserção familiar durante o acolhimento e após o desligamento das crianças. Dessa forma, tais propósitos foram alcançados através da revisão narrativa da literatura e dos dados obtidos na pesquisa documental.

Diante da apresentação dos resultados, identificou-se que os sujeitos que passaram pela medida do acolhimento institucional eram em maioria do sexo masculino, que estavam nos três primeiros anos de vida e que foram acolhidos na instituição principalmente por motivo de negligência e abandono por parte dos pais ou responsáveis, o que corrobora com o último levantamento nacional feito pelo CNMP (2013).

As famílias dessas crianças apresentaram condições socioeconômicas pouco favoráveis, possuindo residências simples e com estrutura física fragilizada. Diante dos dados que puderam ser analisados, essas famílias possuíam baixa escolaridade e renda igual ou inferior a 1 salário mínimo. Alguns casos apresentaram pessoas da família em situação de rua e dependência química, principalmente os genitores.

Quanto à efetivação da reinserção, as intervenções mais utilizadas como estratégias pela equipe técnica foram a visita domiciliar, inclusão em programa de auxílio financeiro e programa de acompanhamento da família. Foi observado que houve o acompanhamento da equipe técnica com as famílias durante e após o acolhimento institucional.

No entanto, os resultados demonstraram que grande parte das crianças não retornam para o cuidado do mesmo familiar após o desligamento. Neste estudo, as crianças que antes de

serem acolhidas viviam em sua maioria com a família nuclear, após o desligamento foram encaminhadas para a família extensa, com destaque para as avós maternas.

Diante deste resultado, surge o seguinte questionamento: Reinserir para quem? Observou-se que as intervenções não foram realizadas com as famílias que a criança vivia antes de ser acolhida, pelo contrário, os trabalhos de reinserção foram direcionados para as famílias que se propuseram a assumir o cuidado da criança. Com isso, surge a inquietação no sentido de identificar se houveram tentativas de intervenção com a família nuclear, mais do que isso, se houve tempo suficiente para a equipe técnica executar todas as tentativas de reinserção da criança na mesma família que era responsável antes do acolhimento. E ainda, como essas famílias que perderam a guarda das crianças se sentem? Qual o posicionamento deles sobre isso? E em relação às famílias que assumiram a guarda, quais seriam os seus receios? Quais as perspectivas para o futuro das crianças? Essas famílias estariam realmente em condições materiais e psicológicas para assumir esse cuidado? E no que tange as crianças, quais seriam os seus sentimentos em serem afastadas do âmbito da criação dos seus pais para viverem em outro ambiente familiar, mesmo que seja da família de origem? Essas crianças são ouvidas, como propõe o próprio ECA no seu art. 28? Infelizmente nos prontuários não havia nenhum registro que respondesse esses questionamentos.

Outra indagação que surge no decorrer deste estudo é de tentar detectar se a medida do acolhimento institucional poderia ter sido evitada. Identificou-se nos resultados do motivo do acolhimento percentuais consideráveis de crianças que haviam sido encaminhadas para a instituição por motivo de pobreza e vulnerabilidade, situação de rua, e pais que sofrem com dependência química. A questão é saber se essas famílias já tinham sido alguma vez encaminhadas para a rede de proteção social básica antes de chegarem na alta complexidade com a medida do acolhimento institucional. Até que ponto é mais conveniente aplicar de imediato a medida do acolhimento, separando a criança da família natural, e, ao mesmo

tempo, trabalhando tão logo para que essa mesma criança retorne o quanto antes para o âmbito da família, as vezes de origem, outras vezes substituta.

As normativas propõem que as crianças fiquem acolhidas no máximo até dois anos (Brasil, 1990). Será que esse tempo é suficiente para que as famílias consigam se reerguer totalmente e apresentarem todas as condições necessárias para assumirem o cuidado dos seus filhos de maneira saudável? Será que a equipe técnica consegue, neste curto prazo de tempo, esgotar todas as tentativas e estratégias para a reinserção familiar?

Ao que parece, a preocupação maior está voltada para a reinserção imediata da criança, no entanto, torna-se necessário considerar em quais condições esse retorno está sendo realizado. É preciso ver e ouvir as famílias e as crianças como verdadeiras protagonistas nesse processo, para que sejam evitadas as reincidências das próprias crianças para a instituição, casos que foram identificados nesta pesquisa.

Em se tratando do protagonismo da família, este estudo apontou que ainda existem fragilidades no que se refere aos registros dos dados básicos das famílias das crianças. Uma das maiores dificuldades encontradas nesta pesquisa foi justamente a ausência de informações nos prontuários e livros de registro, no que concerne aos dados sobre renda, idade, escolaridade, profissão, condições de habitação, entre outras informações das famílias.

Entende-se que a ausência dessas informações pode ter uma grande influência nos resultados de pesquisas quantitativas, pois fica inviável avaliar este percentual. Outro problema de registro que mais chamou a atenção foi a carência de informações obtidas sobre a visita familiar das crianças. Os dados de visita estavam registrados de maneira muito pontual, brevemente eram apontados os familiares que faziam a visita e, em alguns casos, a frequência dessa visita. Além disso, raras foram as vezes que havia registro sobre a receptividade da criança ou a interação do familiar com a criança, e quando havia, eram apontadas de forma rasa, como: “A receptividade da criança é boa” e/ou “interação com afeto”.

Diante dessas questões, a intenção deste estudo também é provocar reflexões acerca do comprometimento das instituições de acolhimento em garantir a qualidade dos registros referentes basicamente ao perfil das crianças e de seus familiares e das visitas realizadas, a fim de conhecer mais a fundo a qualidade da visita, como está acontecendo esse processo e como a sua ocorrência está contribuindo para o fortalecimento dos vínculos afetivos familiares e, conseqüentemente para a reinserção familiar bem-sucedida. Entende-se que dar a visibilidade à família no processo de acolhimento institucional também precisa fazer parte do trabalho e da intervenção de qualidade das equipes técnicas, o que auxilia conhecer melhor essas famílias e poder intervir com mais propriedade em cada situação.

Outro caminho a ser percorrido e que pode contribuir para as investigações acerca do processo de reinserção familiar, é o investimento em estudos de cunho mais qualitativo, que possam trabalhar as principais características desse processo, que considerem a voz das crianças e dos seus familiares envolvidos e que possam dar espaço para a transcrição de práticas como a visita familiar sendo um instrumento de interação e aproximação das crianças com a família, como forte estratégia para a efetivação da reinserção e que considerem o posicionamento da equipe técnica como principal mediadora desse processo, ou seja, considerar o que eles pensam, quais os entraves existentes no trabalho com essas famílias e quais as suas limitações.

Por fim, espera-se que esta pesquisa possa provocar reflexões e inquietações acerca de como ocorre o processo de reinserção familiar de crianças e, sirva ainda, como ponto de partida para novas investigações no campo acadêmico, com o objetivo de trazer respostas para questões que ainda precisam ser discutidas e, principalmente, contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade civil, especialmente para as crianças e adolescentes.

Referências

- Abaid, J., Dell'Aglio, D., & Koller, S. (2010). Preditores de sintomas depressivos em crianças e adolescentes institucionalizados. *Univ. Psychol.*, 9(1), 199-212.
- Balsells, M., Pastor, C., Mateos, A., Vaquero, E., & Urrea, A. (2015). Exploring the needs of parents for achieving reunification: the views of foster children, birth family and social workers in Spain. *Children and Youth Services Review*, 48, 159-166.
- Benetti, D., & Brino, R. (2016). Análise do processo de desligamento institucional. *Journal of Research in Special Educational Needs*, 16(1), 150-154.
- Betannin, K., & Gobbo, E. (2010). *O direito à reintegração familiar das crianças e adolescentes acolhidos na comarca de Pinhalzinho-SC*. Santa Catarina: UNOESC.
- Biroli, F. (2014). *Família: Novos Conceitos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Borsa, J., & Nunes, M. (2011). Aspectos psicossociais da parentalidade: o papel de homens e mulheres na família nuclear. *Psicologia Argumento*, 29(64), 31-39.
- Bowlby, J. (1990). *Apego: apego e perda*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bowlby, J. (1997). *Formação e rompimento de laços afetivos*. São Paulo: Martins Fontes.

Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. [*Constituição Federal*].

Brasília: Recuperado em <http://www.senado.gov.br/>. Acesso em: 12/09/2017.

Brito, C. (2010). *O processo de reinserção familiar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional*. Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo.

Brito, C., Rosa, E., & Trindade, Z. (2014). O processo de reinserção familiar sob a ótica das equipes técnicas das instituições de acolhimento. *Temas em Psicologia*, 22(2), 401-413.

Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Carvalho, T., & Manita, C. (2010). Percepções de crianças e adolescentes institucionalizados sobre o processo de institucionalização e a experiência na instituição. *Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia* (pp. 3326-3335). Portugal: Universidade do Minho.

Cavalcante, L. (2008). *Ecologia do cuidado: Interações entre a criança, o ambiente, os adultos e seus pares em instituição de abrigo*. Tese de Doutorado. Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento. Universidade Federal do Pará.

- Cavalcante, L., Magalhães, C., & Pontes, F. (2007). *Institucionalização precoce e prolongada de crianças: discutindo aspectos decisivos para o desenvolvimento. Aletheia*, 24-30.
- Cavalcante, L., Magalhães, C., & Reis, D. (2014). Análise comparativa do perfil de crianças em acolhimento institucional nos anos de 2004 e 2009. *Psico*, 45(1), 90-99.
- Cavalcante, L., Silva, S., & Magalhães, C. (2010). Institucionalização e reinserção familiar de crianças e adolescentes. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, 10(4), 1147-1172.
- Christiano, R., & Nunes, N. (2013). A família na contemporaneidade: os desafios para o trabalho do serviço social. *Em Debate*, 2(11), 32-56.
- Conselho Nacional do Ministério Público. (2013). *Relatório da Infância e Juventude – Resolução no 67/2011: Um olhar mais atento às unidades de internação e semiliberdade*. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público.
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho Nacional de Assistência Social. (2009). *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*. Brasília: Conanda.
- Corrêa, L. (2016). *Serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes na região metropolitana de Belém: os ambientes, os acolhidos e os educadores*. Tese de Doutorado. Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento. Universidade Federal do Pará.

- Costa, N., & Rosseti-Ferreira, M. (2009). Acolhimento familiar: uma alternativa de proteção para crianças e adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(9), 111-118.
- Dalbem, J., & Dell'Aglio, D. (2005). Teoria do Apego: bases conceituais e desenvolvimento dos modelos internos de funcionamento. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 57(1), 12-24.
- Dell'Aglio, D., & Siqueira, A. (2007). Retornando para a família de origem: fatores de risco e proteção no processo de reinserção de uma adolescente institucionalizada. *Revista Brasileira Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 17(3), 134-146.
- Edinete, M., Nascimento, C., Matos, J., & Santos, J. (2012). O processo de desligamento de adolescentes em acolhimento institucional. *Estudos de Psicologia*, 17(3), 361-368.
- Esteves, L., & Ribeiro, S. (2016). A importância dos vínculos afetivos e da interação familiar para a formação e aprendizagem escolar das crianças. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 5(2), 206-214.
- Farmer, E., & Wijedasa, D. (2012). The reunification of looked after children with their parents: what contributes to stability? *Br J Soc Work*, 43(8), 1611-1629.
- Fávero, E. (2000). *Perda do Pátrio Poder: aproximações em estudo sócioeconômico*. São Paulo: Veras.

- Ferreira, L., & Bittencourt, S. (2009). Direito à convivência familiar de crianças abrigadas: o papel do Ministério Público. *Revista em Pauta*, 6(23).
- Fleck, A., & Wagner, A. (2003). A mulher como a principal provedora do sustento. *Psicologia Em Estudo*, 8(Esp), 31-38.
- França, M. (2009). Famílias homoafetivas. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 17(1), 21-33.
- Fukuda, C., Penso, M., & Santos, B. (2013). Configurações sociofamiliares de crianças com múltiplos acolhimentos institucionais. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 65(1), 70-87.
- Furlan, V., & Souza, T. (2013). Exclusão/Inclusão social: políticas públicas de acolhimento institucional dirigidas à infância e juventude. *Diálogo*, 23, 35-48.
- Gobbo, E., & Arcaro, L. (2013). O direito fundamental à convivência familiar de crianças e adolescentes acolhidos fora de seu município: análise da promoção da reintegração familiar. *Unoesc & Ciência*, 4(1), 77-88.
- Gonçalves, R., & Chalfun, M. (2016). O direito à afetividade parental como um dos elementos do princípio da dignidade da pessoa humana e da relação familiar. *Revista Científica da Facerb*, 3(1), 86-117.

- Iannelli, A., Gonçalves, S., & Wenersbach, L. (2015). Reintegração familiar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional em municípios brasileiros de diferentes portes populacionais. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(1), 39-48.
- Jordão, A., & Ramires, V. (2010). Vínculos afetivos de adolescentes Bordeline e seus pais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(1), 89-98.
- Lauz, G., & Borges, J. (2013). Concepção de família por parte de crianças em situação de acolhimento institucional e por parte dos profissionais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(4), 852-867.
- Lopez, M., Valleiber, J., Montserrat, C., & Bravo, A. (2012). Factors associated with family reunification for children in foster care. *Child and Family Social Work*, 18, 226-236.
- Mainetti, A., & Wanderbrooke, A. (2013). Avós que Assumem a Criação de Netos. *Pensando Famílias*, 17(1), 87-98.
- Mariano, F. (2004). *O cenário jurídico: a análise de processos de adoção no município de Ribeirão Preto (1991-2000)*. Universidade de São Paulo, Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto.
- Moreira, M. (2014). Os impasses entre o acolhimento institucional e o direito à convivência familiar. *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 28-37.

- Neris, M. (2011). *O SUAS e o Acolhimento Institucional*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- Núcleo Ciência pela Infância. (2016). *Importância dos vínculos familiares na primeira infância*. Comitê Científico do Núcleo Ciência pela Infância. São Paulo: Fundação Marília Cecília Souto Vidigal.
- Oliveira, N. (2009). Família contemporânea. Em N. Oliveira, *Recomeçar: família, filhos e desafios* (pp. 65-107). São Paulo: UNESP.
- Oliveira, N. (2009). *Recomeçar: Família, filhos e desafios*. São Paulo: Editora UNESP.
- Oliveira, R. (2007). *Quero voltar para casa: o trabalho em rede e a garantia do direito à convivência familiar e comunitária para crianças e adolescentes que vivem em abrigos*. São Paulo: AASPTJ-SP.
- Paschoal, G., & Marta, T. (2012). O papel da família na formação social de crianças e adolescentes. *Confluências*, 12(1), 219-239.
- Ramires, V. (2004). As transições familiares: a perspectiva de crianças e pré-adolescentes. *Psicologia em Estudo, Maríngá*, 9(2), 183-193.
- Ramires, V., & Schneider, M. (2010). Revisitando alguns conceitos da Teoria do Apego: comportamento versus representação? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(1), 25-33.

- Rocha, P., Arpini, D., & Savegnago. (2015). Significados atribuídos por mães acerca do acolhimento institucional, reintegração e rede de atendimento. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(1), 111-124.
- Rosa, E., Nascimento, C., Matos, J., & Santos, J. (2012). O processo de desligamento de adolescentes em acolhimento institucional. *Estudos de Psicologia*, 17(3), 361-368.
- Rosseti-Ferreira, M. (1984). O apego e as reações da criança à separação da mãe. *Cadernos de Pesquisa*, 48, 3-19.
- Sarti, C. (2008). Famílias enredadas. Em A. Costa, & M. Vitale, *Família: rede, laços e políticas públicas* (pp. 21-36). São Paulo: Cortez.
- Serrano, S. (2008). *O abrigamento de criança de 0 a 6 anos de idade em Ribeirão Preto caracterizando esse contexto*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto.
- Silva, F. (2012). *Como ocorre a reintegração familiar? Investigando esse processo em uma amostra de crianças acolhidas*. Dissertação não publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia . Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo.

- Silva, M. (2012). *Lei Nacional da Adoção e Acolhimento Institucional: o ponto de vista de psicólogos e assistentes sociais*. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria.
- Silva, M., & Arpini, D. (2013). A nova lei nacional de adoção - desafios para a reinserção familiar. *Psicologia em Estudo*, 18(1), 125-135.
- Silva, M., & Nunes, K. (2004). Avaliação e diagnóstico do processo de reinserção familiar e social de crianças e adolescentes egressos de uma casa de passagem. *Cogitare Enfermagem*, 9(1), 42-49.
- Silva, T. (2015). *A visita familiar no contexto do acolhimento institucional de crianças*. Dissertação de Mestrado. Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento. Universidade Federal do Pará.
- Silva, T., Magalhães, C., & Cavalcante, L. (2014). Interações entre avós e netos em instituição de acolhimento infantil. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 66(1), 49-60.
- Siqueira, A. (2010). Processo de reinserção familiar: estudo de casos de adolescentes que viveram em instituição de abrigo. *Estudos de Psicologia*, 15(1), 1678-4669.
- Siqueira, A. (2012). A garantia do direito à convivência familiar e comunitária em foco. *Estudos em Psicologia*, 29(3), 437-444.

- Siqueira, A., Massignan, L., & Dell'Aglio, D. (2011). Reinserção familiar de adolescentes: processos malsucedidos. *Paidéia*, 21(50), 383-391.
- Vieira, P. (2011). *Condições sociais do adolescente em processo de desligamento em instituições de acolhimento*. Monografia não publicada, Departamento de Serviço Social. Brasília: Universidade de Brasília.
- Vitale, M. (2008). Avós velhas e novas figuras da família contemporânea . Em A. Acosta, & M. Vitale, *Família: redes, laços e políticas públicas*. (pp. 21-36). São Paulo: Cortez.
- Winnicott, D. (2008). *A criança e seu mundo*. Rio de Janeiro: Editora LTC .
- Zem-Mascarenhas, S., & Dupas, G. (2001). Conhecendo a experiência de crianças institucionalizadas. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 35(4), 413-419.

Apêndices

Apêndice A

Formulário de Caracterização da Criança

DATA: _____ CÓDIGO: _____ NOME DA INSTITUIÇÃO: _____ REGIÃO: _____ MUNICÍPIO: _____	ENTREVISTADOR: _____
--	-----------------------------

IDENTIFICAÇÃO DA CRIANÇA

A. Dados Pessoais:

1. Nome: _____

2. Sexo: ☐ Feminino ☐ Masculino

3. Data de Nascimento: _____ Naturalidade: _____

4. Endereço: _____ Bairro: _____

5. Zona: ☐ Rural ☐ Urbana Município: _____

Estado: _____

6. Possui registro civil? ☐ Não ☐ Sim ☐ SI

7. Tem o nome do pai no registro civil? ☐ Não ☐ Sim ☐ SI

8. Possui foto no prontuário? ☐ Não ☐ Sim ☐ SI

B. Dados Escolares:

9. Escolaridade: ☐ Estuda ☐ Não estuda ☐ NA

10. Série que cursa: _____

10.1. Nível: ☐ Educação infantil ☐ Ensino Fundamental ☐ NA ☐ SI

11. Se não estuda, em que série parou: _____

11.1. Nível: ☐ Educação infantil ☐ Ensino Fundamental ☐ NA ☐ SI

12. Ano que parou: _____

13. Por _____ quê?

14. Escola: ☐ Pública ☐ Privada ☐ NA ☐ SI

15. Já foi reprovado? ☐ Não ☐ Sim ☐ NA ☐ SI

15.1. Se sim, quantas vezes? _____

16. Já foi expulso de alguma escola? ☐ Não ☐ Sim ☐ NA ☐ SI

16.1. Se sim, quantas vezes? _____

16.2. Motivo da expulsão? _____ ☐ NA ☐ SI

17. Possui boletim escolar no prontuário? ☐ Não ☐ Sim ☐ NA

SITUAÇÃO FAMILIAR DA CRIANÇA

18. A criança recebe algum tipo de bolsa auxílio (bolsa escola, bolsa alimentação, etc.)?

☐ Não ☐ Sim ☐ NA ☐ SI

18.1. Se sim, qual? _____ Valor do benefício: _____

19. A família da criança recebe algum tipo de bolsa auxílio (bolsa escola, bolsa alimentação, etc.)?

☐ Não ☐ Sim ☐ NA ☐ SI

19.1. Se sim, qual? _____ Valor do benefício: _____

20. Composição Familiar

Composição familiar	Sexo ¹	Idade	Escolaridade ²	Ocupação	Renda	Paradeiro ³
Mãe						

Pai						
Responsável Legal (Especificar o vínculo):						
Irmão 1						
Irmão 2						
Irmão 3						
Irmão 4						

¹ F = Feminino; M = Masculino
² EI = Educação Infantil; EF = Ensino Fundamental; EM = Ensino Médio; ES = Ensino Superior
³ Conhecido=C; Desconhecido=D
*SI = Sem Informação *NA = Não se aplica

21. Qual o tipo de família que vivia antes de sua permanência na instituição:

- ☐ Família biológica ☐ Família substituta (adoção)
☐ Família substituta (com guarda) ☐ Família substituta (sem guarda)

22. Com quem vivia antes da permanência na instituição

- ☐ Com a mãe e o pai ☐ Apenas com a mãe ☐ Apenas com o pai
☐ Com a mãe e o padrasto ☐ Com a mãe e outros familiares ☐ Com o pai e a madrasta
☐ Com o pai e outros familiares ☐ Com os avós maternos ☐ Com os avós paternos
☐ Com outros familiares ☐ SI ☐ Outros: _____

23. Orfandade antes de ser encaminhada a instituição

- ☐ Órfã de pai ☐ Órfã de mãe ☐ Órfã de ambos ☐ NA ☐ SI

24. Orfandade durante a permanência na instituição

- ☐ Órfã de pai ☐ Órfã de mãe ☐ Órfã de ambos ☐ NA ☐ SI

25. Condições de moradia

Situação do imóvel que morava antes de vim para a instituição ¹	Tipo de construção ²	Energia elétrica ³	Água encanada ⁴	Saneamento ⁵	Número de cômodos ⁶

¹ Próprio=P; Alugado = A; Cedido = C; Rua = R; Sem informação = SI; Outro = O (especificar)

² Alvenaria=A; madeira= M; taipa = T; mista=MT; Sem informação = SI; Outro = O (especificar)

³ Olhão=O; Gato=G; Motor=M; Sem informação = SI; Outro = O (especificar)

⁴ Cosanpa=C; Poço=P; Sem informação = SI; Outro = O (especificar)

⁵ Fossa Séptica=FS; Céu Aberto =CA; Sem informação = SI; Outro = O (especificar)

⁶ Especificar em números (Não contar o banheiro)

PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO

A) Dados sobre a situação jurídica e institucional.

A.1.) Situação Atual:

26. Possui o PIA (Plano Individual de Atendimento) no prontuário? ☐ Não ☐ Sim

27. Data em que deu entrada na instituição: _____ ☐ SI

28. Motivo(s) que justificou (aram) seu encaminhamento (Vara da Infância e Juventude) a instituição

- ☐ Abandono por parte dos pais e/ou responsáveis
☐ Negligência familiar

- ☐ Situação de rua (família de rua, etc.)
☐ Pobreza e/ou vulnerabilidade social dos pais e/ou familiares
☐ Violência física (punições, torturas, confinamento, etc.)
☐ Violência sexual (abuso sexual e estupro)
☐ Pai, mãe ou pais alcoólatras ou dependentes de outras drogas
☐ Pai, mãe ou pais presidiários
☐ Pai, mãe ou pais portadores de doença mental; necessidades especiais; doenças graves ou crônicas.
☐ Outros: _____

29. Qual o motivo que a equipe técnica da instituição aponta para o acolhimento _____

30. Procedência do encaminhamento: _____

31. Possui a Guia de Acolhimento? ☐ Sim ☐ Não ☐ SI

32. Permanência de irmãos na instituição

☐ Não ☐ Sim ☐ SI

33. Em caso positivo, especifique:

Nome	Sexo ¹	Idade	Tempo de permanência

¹ F = Feminino; M = Masculino
 * NA = Não se aplica * SI = Sem informação

34. Possui irmãos em outras instituições de acolhimento? ☐ Não ☐ Sim ☐ SI

34.1. Em caso positivo, especifique:

Nome	Sexo ¹	Idade	Tempo de permanência

¹ F = Feminino; M = Masculino
 * NA = Não se aplica * SI = Sem informação

35. Recebe Visitas?	Sim	Não	Periodicidade ¹	Nº de Visitas/ Frequência
Mãe				
Pai				
Outros Parentes (Especificar)				
Comunidade (Especificar)				

¹ Nunca = 0; Raramente = 1; Algumas vezes = 2; Frequentemente = 3; Quase sempre = 4
 * SI = Sem informação

36. Participa de algum serviço/atendimento periódico da rede? ☐ Não ☐ Sim ☐ SI

37. Em caso positivo, especifique. _____

Tipo ¹	Local ²	Periodicidade ³

¹ Psicossocial, Odontológico, Médico, Outros (especificar), etc.
² DI = dentro da instituição; FI = fora da instituição (especificar)
³ Nunca = 0; Uma vez na semana = 1; Duas vezes na semana = 2; Três vezes na semana = 3; Quatro ou mais vezes na semana = 4; Todos os dias = 5
* NA = não se aplica * SI = sem informação

38. Desligamento da instituição:

Data: _____ Destino: _____

Motivo: _____

Idade que foi desligada: _____ ☐ NA

39. Possui a Guia de Desligamento? ☐ Sim ☐ Não ☐ SI

A.2.) Histórico de Institucionalização:

40. Primeiro acolhimento: ☐ Não ☐ Sim ☐ SI

41. Idade em que foi acolhida pela primeira vez: _____

42. Permanência em outra instituição de proteção especial? ☐ Não ☐ Sim ☐ SI

43. Em caso positivo, qual o nome da instituição? _____

44. Tempo de permanência nesta outra instituição de proteção? _____

45. Número de vezes em que deu entrada na instituição atual

☐ Uma ☐ Duas ☐ Três ☐ Mais de três ☐ SI

46. Data em que deu entrada pela primeira vez na instituição atual: _____

47. Tempo de permanência na instituição da primeira vez? _____

48. Data em que deu entrada pela segunda vez na instituição: _____

49. Idade em que deu entrada pela segunda vez na instituição? _____

50. Tempo de permanência na instituição da segunda vez? _____

51. Qual a soma do tempo de permanência em instituições de proteção especial desde a primeira vez em que foi atendido? _____

52. Já se envolveu em algumas das situações abaixo? (Marque mais de uma, se for o caso)

☐ Envolvimento em brigas com agressão física/violência contra pessoas

☐ Destruição de propriedade

☐ Envolvimento em pichação

☐ Furtou algo

☐ Roubou alguém

☐ Vendeu drogas

☐ Outra. Qual? _____

☐ SI ☐ NA

B) Dados sobre a saúde da criança

53. Possui o “Cartão do SUS”? ☐ Não ☐ Sim ☐ SI

54. Intercorrências na gestação: ☐ Não ☐ Sim ☐ SI
 54.1. Em caso afirmativo, qual: _____
55. Características do parto:
☐ Normal ☐ Operatório ☐ Fórceps ☐ SI
☐ Pré-termo ☐ A termo ☐ Pós-termo
56. Condições de nascimento: peso ao nascer: _____ altura ao nascer: _____ ☐ SI
 Outras informações: _____
57. Indicadores de crescimento:
 Peso: _____ altura: _____ idade: _____ ☐ SI
 Peso: _____ altura: _____ idade: _____ ☐ SI
 57.1. Outras informações: _____
58. Aleitamento natural: ☐ Não ☐ Sim ☐ SI
59. Possui algum familiar que usa drogas? ☐ Não ☐ Sim ☐ SI
 60.1. Em caso positivo, qual? _____
☐ Drogas lícitas (bebida alcoólica, cigarro) ☐ Drogas ilícitas (crack, cocaína, cola)
60. Distúrbios na fala (atraso, dislexia, etc):
☐ Não ☐ Sim ☐ SI
 60.1. Em caso afirmativo, qual? _____
61. Distúrbios visuais (baixa visão, cegueira, etc):
☐ Não ☐ Sim ☐ SI
 61.1. Em caso afirmativo, qual? _____
62. Distúrbios auditivos (baixa audição, surdez, etc):
☐ Não ☐ Sim ☐ SI
 62.1. Em caso afirmativo, qual? _____
63. Deficiência física (paralisia, mutilações, etc):
☐ Não ☐ Sim ☐ SI
 63.1. Em caso afirmativo, qual? _____
64. Outras. _____ Especificar: _____
65. Restrições na dieta: ☐ Não ☐ Sim ☐ SI
66. Uso de medicação controlada: ☐ Não ☐ Sim ☐ SI
 66.1. Em caso afirmativo, qual? _____
67. Quando a criança chegou à instituição apresentava sintomas de alguma doença?
☐ ☐ Bronquite/asma ☐ Amidalite ☐ ☐ Sarampo
 Gripe/resfriado ☐ Rubéola ☐ Varicela ☐ Escabiose ☐ Pneumonia ☐ Diarreia ☐ Otite
☐ Hepatite ☐ Desnutrição ☐ ☐ Pediculose
☐ Alergias ☐ Doença crônica (diabetes, câncer, insuficiência renal, etc.)
☐ Doença sexualmente transmissível ☐ SI ☐ NA
☐ Outras: _____
68. Quando a criança chegou à instituição apresentava lesões corporais?
☐ Não ☐ Sim ☐ SI
 68.1. Se caso a resposta for sim, quais os tipos de lesões relatadas? _____

69. Quando a criança chegou à instituição apresentava alterações de ordem emocional (timidez excessiva, agressividade, estado de choque, hiperatividade, apatia, etc.)?

☐ Não ☐ Sim ☐ SI

69.1. Em caso afirmativo, qual (is)? _____

70. Durante o período de adaptação à instituição a criança apresentou alterações de ordem emocional (timidez excessiva, agressividade, estado de choque, hiperatividade, apatia, etc.)?

☐ Não ☐ Sim ☐ SI

70.1. Em caso afirmativo, qual (is)? _____

71. Doenças durante a sua permanência na Instituição:

☐ Gripe/resfriado	☐ Amidalite	☐ Bronquite/asma	☐ Pneumonia	☐ Sarampo
☐ Rubéola	☐ Varicela	☐ Escabiose	☐ Diarreia	☐ Otite
☐ Hepatite	☐ Desnutrição	☐ Pediculose	☐ Alergias	☐ SI ☐ NA
☐ Outras: _____				

Apêndice B
Ficha de Reintegração Familiar

DESLIGAMENTO:

1. Data Desligamento:

2. Motivo:

3. Quem desligou?	(...) CT 1	(...) CT2	(...) CT3	(...) Poder Judiciário	(...) Outros
4. Guia de desligamento:	(...) sim	(...) não	Data:		

5. Outras observações:

6. O que motivou a Reinserção Familiar:

7. Quem quis ficar com a criança:	(...) pais	(...) mãe	(...) pai	(...) avô materna	(...) avô materno
	(...) avô paterna	(...) avô paterno	(...) tios maternos	(...) tios paternos	(...) padrinhos (...) outros

8. Para quem foi a criança (s)	Mãe	Pai	Outro Responsável/Grau de parentesco:
9. Nome			
10. Idade	(...) não consta	(...) não consta	(...) não consta
11. Cor	(...) Branca (...) Negra (...) Parda (...) Amarela (...) Não consta	(...) Branca (...) Negra (...) Parda (...) Amarela (...) Não consta	(...) Branca (...) Negra (...) Parda (...) Amarela (...) Não consta
12. Religião	(...) católica (...) espírita (...) evangélica (...) não possui (...) outra:	(...) católica (...) espírita (...) evangélica (...) não possui (...) outra:	(...) católica (...) espírita (...) evangélica (...) não possui (...) outra:
13. Estado Civil	(...) casado (...) solteiro (...) viúvo (...) separado (...) amasiado (...) divorciado	(...) casado (...) solteiro (...) viúvo (...) separado (...) amasiado (...) divorciado	(...) casado (...) solteiro (...) viúvo (...) separado (...) amasiado (...) divorciado

	(...) não consta	(...) não consta	(...) não consta
14.Escolaridade	(...) nunca cursou a escola (...) ensino fund. incompleto (...) ensino fund.completo (...) ensino médio incompleto (...) ensino médio completo Última Série cursada: (...) não consta	(...) nunca cursou a escola (...) ensino fund. incompleto (...) ensino fund. completo (...) ensino médio incompleto (...) ensino médio completo Última Série cursada: (...) não consta	(...) nunca cursou a escola (...) ensino fund. incompleto (...) ensino fund. completo (...) ensino médio incompleto (...) ensino médio completo Última Série cursada: (...) não consta
15.Endereço	Bairro: Cidade:	Bairro: Cidade:	Bairro: Cidade:
16.Cidade de origem	(...) Município vizinho (...) No Estado do Pará (...) Fora do Pará (...) Não consta Cidade:	(...) Município Vizinho (...) No Estado do Pará (...) Fora do Pará (...) Não consta Cidade:	(...) Município vizinho (...) No Estado do Pará (...) Fora do Pará (...) Não Consta Cidade:
17.Habitação	(...) própria (...) cedida (...) alugada (...) financiada (...) ocupada (...) morador de rua	(...) própria (...) cedida (...) alugada (...) financiada (...) ocupada (...) morador de rua	(...) própria (...) cedida (...) alugada (...) financiada (...) ocupada (...) morador de rua
18.Profissão/ Atividade	(...) não consta	(...) não consta	(...) não consta
19.Renda mensal	(...) sem renda (...) ½ sm a 1 s/m (...) 2 sm a 3sm (...) não consta	(...) sem renda (...) ½ sm a 1 s/m (...) 2 sm a 3sm (...) não consta	(...) sem renda (...) ½ sm a 1 s/m (...) 2 sm a 3sm (...) não consta
20.Grupo Familiar Hoje	(...) Sozinho (...)Esposo/ Companheiro (...) Família de origem (...) outros familiares (...) amigos (...) outros	(...) Sozinho (...)Esposo/ Companheiro (...) Família de origem (...) outros familiares (...) amigos (...) outros	(...) Sozinho (...)Esposo/ Companheiro (...) Família de origem (...) outros familiares (...) amigos (...) outros
21. Nº de filhos	(...) total (...) da união atual	(...) total (...) da união atual	(...) total (...) da união atual

	(...) de uniões anteriores	(...) de uniões anteriores	(...) de uniões anteriores
22.Visita os filhos - criança	(...) Sim (...) Não	(...) Sim (...) Não	(...) Sim (...) Não
23.Frequência de visita:	(...) Semanal (...) Mais de 2x/semana (...) Mensal (...)Esporadicamente	(...) Semanal (...) Mais de 2x/semana (...) Mensal (...)Esporadicamente	(...) Semanal (...) Mais de 2x/semana (...) Mensal (...)Esporadicamente
24.Com que foram realizadas as intervenções	Mãe	Pai	Outro Responsável Grau de parentesco: _____
25.Tempo de duração (em meses) do trabalho de reinserção antes do desligamento	(...) Inclusão progr. auxílio financeiro (...) Inclusão progr. acompanhamento família (...) Tratamento Alcoolismo (...) Tratamento Drogadição (...) Atendimento Psiquiátrico (...) Atendimento Psicológico (...) Visitas a família (núcleo) (...) Visitas a família (extensa) (...)Outros	(...) Inclusão progr. Auxílio financeiro (...) Inclusão progr. acompanhamento família (...) Tratamento Alcoolismo (...) Tratamento Drogadição (...) Atendimento Psiquiátrico (...) Atendimento Psicológico (...) Visitas a família (núcleo) (...) Visitas a família (extensa) (...)Outros	(...)Inclusão progr. Aux. Fin (...) Inclusão progr. acompanhamento família (...) Tratamento Alcoolismo (...) Tratamento Drogadição (...) Atendimento Psiquiátrico (...) Atendimento Psicológico (...) Visitas a família (núcleo) (...) Visitas a família (extensa) (...)Outros
26.Participação	(...) Sim (...) Não (...) Mais ou menos	(...) Sim (...) Não (...) Mais ou menos	(...) Sim (...) Não (...) Mais ou menos
27.Profissionais que realizaram as intervenções	(...) Coordenador do abrigo (...) Equipe técnica do abrigo (psicólogo, assistente social) (...) Equipe técnica do Fórum (psicólogo, assistente social) (...) Conselho Tutelar	(...) Coordenador do abrigo (...) Equipe técnica do abrigo (psicólogo, assistente social) (...) Equipe técnica do Fórum (psicólogo, assistente social) (...) Conselho Tutelar	(...) Coordenador do abrigo (...) Equipe técnica do abrigo (psicólogo, assistente social) (...) Equipe técnica do Fórum (psicólogo, assistente social) (...) Conselho Tutelar

	(...)Outros	(...)Outros	(...) Outros
28.Acompanhamento pós Reinserção da criança encaminhamentos	(...) Frequentar creche (...) Frequentar escola (...) Atend. Psiquiátrico (...) Atend. Psicológico: Tipo: _____ (...)Outros _____	(...) Frequentar creche (...) Frequentar escola (...) Atend. Psiquiátrico (...) Atend. Psicológico: Tipo: _____ (...)Outros _____	(...) Frequentar creche (...) Frequentar escola (...) Atend. Psiquiátrico (...) Atend. Psicológico: Tipo: _____ (...)Outros _____
29. Acompanhamento pós Reinserção Da família	(...) Tratam. Alcoolismo (...) Tratam. Drogadicção (...) Atend. Psiquiátrico (...) Atend. Psicológico Tipo: _____ (...)Outros _____	(...) Tratam. Alcoolismo (...) Tratam. Drogadicção (...) Atend. Psiquiátrico (...) Atend. Psicológico Tipo: _____ (...)Outros _____	(...) Tratam. Alcoolismo (...) Tratam. Drogadicção (...) Atend. Psiquiátrico (...) Atend. Psicológico Tipo: _____ (...)Outros _____

30.Houve Reabrigamento?	(...) Sim (...) Não	Quantos:	Quanto tempo permaneceu:	O que ocorreu?
31.Houve Reincidência na reinserção?	(...) Sim (...) Não	Quantas:	Quanto tempo permaneceu:	O que ocorreu?

32.Plano Individual de Atendimento (P.I.A)	Sim (...) Não (...)